

Eternit

Demonstrações Financeiras 2013



**LOGÍSTICA ACELERA
A EXPANSÃO**

Eternit S.A.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Ativos					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.516	3.852	13.295	16.656
Aplicações financeiras	5	9.897	48.612	35.661	78.930
Contas a receber	6	69.774	79.158	160.389	177.982
Estoques	7	85.833	81.925	141.944	127.560
Impostos a recuperar	8	16.542	11.167	19.648	13.881
Partes relacionadas	10	31.615	21.648	9.780	-
Outros ativos circulantes		4.734	4.439	9.226	11.022
Total do ativo circulante		227.911	250.801	389.943	426.031

Não circulante					
Depósitos judiciais		8.819	6.640	15.536	13.047
Impostos a recuperar	8	22.219	21.114	25.022	24.534
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.b	24.037	19.994	55.112	51.820
Partes relacionadas	10	9.723	7.214	2.018	-
Investimentos	9	247.729	221.916	36.032	13.029
Imobilizado	11	149.425	123.060	279.064	252.457
Intangível	12	4.584	2.514	28.676	26.040
Outros ativos não circulantes		490	440	2.229	3.162
Total do ativo não circulante		467.026	402.892	443.689	384.089

Total do ativo		694.937	653.693	833.632	810.120
----------------	--	----------------	---------	----------------	---------

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Passivos e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	13	22.444	30.417	39.293	48.968
Partes relacionadas	10	7.243	8.281	-	-
Empréstimos e financiamentos	14	8.944	1.519	56.881	55.839
Provisões e encargos sociais	15	12.980	17.310	28.009	34.938
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	18.e	17.881	18.133	17.881	18.133
Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	17.b	2.174	1.645	3.861	2.926
Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	12.226	11.801	34.015	36.932
Outros passivos circulantes		4.934	2.344	13.142	10.358
Total do passivo circulante		88.826	91.450	193.082	208.094

Não circulante					
Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	17.b	23.710	18.263	34.527	30.019
Empréstimos e financiamentos	14	14.368	7.266	25.799	24.107
Partes relacionadas	10	29.108	27.252	-	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	25.115	22.657	54.659	51.116
Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	7.697	7.285	9.432	8.139
Provisão para remonte da mina	31	-	-	9.726	8.201
Outros passivos não circulantes		-	-	278	910
Total do passivo não circulante		99.998	82.723	134.421	122.492

Patrimônio líquido					
Capital social	18.a	334.251	334.251	334.251	334.251
Reserva de capital		19.672	19.388	19.672	19.388
Ações em tesouraria		(174)	(174)	(174)	(174)
Reservas de lucros		155.807	126.055	155.807	126.055
Outros resultados abrangentes		(3.443)	-	(3.443)	-
Patrimônio líquido atribuível a acionistas não minoritários		506.113	479.520	506.113	479.520
Participações acionistas minoritários		-	-	16	14
Total do patrimônio líquido		506.113	479.520	506.129	479.534
Total do passivo e patrimônio líquido		694.937	653.693	833.632	810.120

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eternit S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais – R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receita operacional líquida	23	508.525	469.922	957.301	906.317
Custos dos produtos vendidos	24	(372.752)	(331.498)	(575.877)	(509.603)
Lucro bruto		135.773	138.424	381.424	396.714
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	24	(59.097)	(54.546)	(116.734)	(113.263)
Gerais e administrativas	24	(41.895)	(45.019)	(97.804)	(105.066)
Remuneração da administração	24	(12.802)	(11.383)	(15.545)	(14.078)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	25	3.293	(2.842)	(1.871)	(8.223)
Resultado da equivalência patrimonial	9	76.267	89.392	(6.223)	(531)
Total das receitas (despesas) operacionais		(34.234)	(24.398)	(238.177)	(241.161)
Despesas financeiras	26	(18.692)	(8.748)	(48.553)	(36.757)
Receitas financeiras	26	16.887	9.496	47.535	39.006
Resultado financeiro líquido		(1.805)	748	(1.018)	2.249
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		99.734	114.774	142.229	157.802
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	20	472	1.174	(41.489)	(44.261)
Diferidos	20	2.048	(2.944)	1.516	(537)
Lucro líquido do exercício		102.254	113.004	102.256	113.004

Atribuível a:					
Acionistas não minoritários		102.254	113.004	102.254	113.004
Acionistas minoritários		-	-	2	(1)
Lucro líquido do exercício		102.254	113.004	102.256	113.003
Lucro líquido por ação, básico e diluído – R\$	18.c	1,14	1,26	1,14	1,26

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eternit S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Lucro líquido do exercício	102.254	113.004	102.256	113.004
Outros resultados abrangentes				
Ganho/(perda) líquido na atualização do plano de benefício definido	(5.866)	-	(5.219)	-
Efeito de imposto de renda e contribuição social	1.995	-	1.776	-
Equivalência Patrimonial dos Resultados Abrangentes	428	-	-	-
Outros resultados abrangentes líquidos de impostos	(3.443)	-	(3.443)	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	98.811	113.004	98.813	113.004
Atribuível a:				
Acionistas não minoritários	98.811	113.004	98.811	113.004
Acionistas minoritários	-	-	2	(1)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Eternit S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Reserva de capital			Ações em tesouraria	Reserva de lucros			Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total controladora	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Subvenção para investimentos	Ágio na aquisições de Ações		Estatutária	Legal	Retenção de lucros					
Saldos em 01 de Janeiro de 2012		334.251	18.513	23	(174)	16.223	19.863	49.394	-	-	438.093	13	438.106
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	113.004	-	113.004	1	113.005
Constituição de reservas		-	852	-	-	5.650	5.650	29.275	(41.427)	-	-	-	-
Destinação do lucro líquido:													
Juros sobre o capital próprio – R\$0,269 por ação em circulação	18	-	-	-	-	-	-	-	(24.068)	-	(24.068)	-	(24.068)
Dividendos – R\$0,531 por ação em circulação	18	-	-	-	-	-	-	-	(47.509)	-	(47.509)	-	(47.509)
Saldos em 31 de dezembro de 2012		334.251	19.365	23	(174)	21.873	25.513	78.669	-	-	479.520	14	479.534
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	102.254	-	102.254	2	102.256
Constituição de reservas	18	-	754	-	-	5.113	5.113	19.697	(30.677)	-	-	-	-
Ganho/ (perda) na atualização do plano de benefício definido		-	-	-	-	-	-	-	-	(3.443)	(3.443)	-	(3.443)
Destinação do lucro líquido:													
Reversão reserva subvenção investimento		-	(470)	-	-	4	4	(179)	-	-	(64)	-	(64)
Juros sobre o capital próprio – R\$0,254 por ação em circulação	18	-	-	-	-	-	-	-	(22.726)	-	(22.726)	-	(22.726)
Dividendos – R\$0,546 por ação em circulação	18	-	-	-	-	-	-	-	(48.851)	-	(48.851)	-	(48.851)
Saldos em 31 de dezembro de 2013		334.251	19.649	23	(174)	26.990	30.630	98.187	-	(3.443)	506.113	16	506.129

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		99.734	114.774	142.229	157.802
Ajustes para reconciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Resultado da equivalência patrimonial	9	(76.267)	(89.392)	6.223	531
Depreciação e amortização	11/12	11.075	11.184	34.789	28.773
Resultado na baixa de ativos permanentes	25	(65)	(42)	(145)	181
Provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre as contas a receber	6	402	410	985	48
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	2.458	2.572	3.711	4.271
Reversão (provisão) para perdas diversas		6.387	(2.942)	7.660	4.429
Encargos financeiros, variação monetária e variação cambial		2.397	1.650	1.069	(1.628)
Rendimento de aplicações financeiras		(2.220)	(3.897)	(4.495)	(6.445)
Variação líquida despesas antecipadas		1.609	859	2.248	1.435
		45.510	35.176	194.274	189.397
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber	6	8.878	(5.227)	16.215	(17.210)
Partes relacionadas a receber		(9.800)	137	(11.798)	-
Estoques	7	(4.325)	(9.012)	(14.801)	(17.273)
Impostos a recuperar	8	(7.764)	(2.597)	(7.539)	(5.623)
Depósitos judiciais		(2.179)	(697)	(2.489)	(2.349)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos		79.343	81.522	-	-
Outros ativos		(1.735)	(3.033)	559	(4.256)
Aumento (redução) nos passivos operacionais					
Fornecedores	13	(7.864)	10.210	(9.560)	10.187
Partes relacionadas a pagar	10	(1.038)	148	-	-
Impostos, taxas e contribuições a recolher	16	(1.996)	(42)	(1.563)	(1.026)
Provisões e encargos sociais	15	(4.330)	2.476	(6.930)	7.077
Outros passivos		2.412	1.561	1.807	1.037
Juros pagos		(452)	(135)	(621)	(271)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.342)	(1.779)	(48.218)	(33.545)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		91.318	108.708	109.336	126.145
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Mútuo com empresas ligada a receber	10	(2.509)	1.963	-	-
Recebimento pela venda de imobilizado	25	354	124	470	188
Adições ao ativo imobilizado e intangível	11/12	(39.802)	(14.114)	(64.348)	(55.794)
Aporte de capital em controladas	9	(29.426)	(30.560)	(29.226)	(13.560)
Aplicações financeiras de curto prazo		(115.783)	(210.303)	(292.141)	(378.191)
Resgates de aplicações financeiras de curto prazo		156.718	192.176	339.905	332.294
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(30.448)	(60.714)	(45.340)	(115.063)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	14	15.972	7.059	182.624	199.479
Amortização de empréstimos e financiamentos	14	(1.608)	(2.828)	(180.738)	(166.830)
Mútuo com empresa ligada	10	(327)	(317)	-	-
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio		(69.243)	(69.408)	(69.243)	(69.408)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(55.206)	(65.494)	(67.357)	(36.759)
(Diminuição) aumento do caixa e equivalentes de caixa					
		5.664	(17.500)	(3.361)	(25.677)
(Diminuição) aumento do caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício	4	3.852	21.352	16.656	42.333
No fim do exercício	4	9.516	3.852	13.295	16.656
(Diminuição) aumento do caixa e equivalentes de caixa					
		5.664	(17.500)	(3.361)	(25.677)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos valores adicionados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receitas					
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	23	684.554	631.126	1.219.671	1.159.627
Outras receitas		316	127	47.128	48.955
Provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre as contas a receber		(402)	(566)	(945)	(965)
Total		684.468	630.687	1.265.854	1.207.617
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(341.573)	(336.167)	(545.593)	(523.053)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(114.669)	(90.900)	(194.915)	(161.998)
Perda/recuperação de valores ativos		(7.541)	(7.271)	(7.541)	(7.271)
Outros descontos, abatimentos e doações		(3.632)	(931)	(4.762)	(3.926)
		(467.415)	(435.269)	(752.811)	(696.248)
Valor adicionado bruto		217.053	195.418	513.043	511.369
Depreciação, amortização e exaustão	11/12	(11.075)	(11.184)	(34.789)	(28.773)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia		205.978	184.234	478.254	482.596
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado da equivalência patrimonial	9	76.267	89.392	(6.223)	(531)
Receitas financeiras	26	16.887	9.496	47.535	39.006
Outras		8.868	8.864	12.164	7.548
		102.022	107.752	53.476	46.023
Valor adicionado total a distribuir		308.000	291.986	531.730	528.619
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal:					
Remuneração direta		55.689	54.806	115.990	112.991
Benefícios		31.376	27.695	57.793	53.571
FGTS		6.689	5.349	10.648	9.074
		93.754	87.850	184.431	175.636
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		60.318	56.129	125.006	123.215
Estaduais		23.532	18.947	46.460	47.603
Municipais		1.468	1.030	2.081	1.312
		85.318	76.106	173.547	172.130
Remuneração de capital de terceiros:					
Juros		18.692	8.748	51.314	36.016
Aluguéis		7.982	6.278	20.184	31.833
		26.674	15.026	71.498	67.849
Remuneração de capitais próprios:					
Dividendos	18	48.851	47.509	48.851	47.509
Juros sobre o capital próprio	18	22.726	24.068	22.726	24.068
Lucros retidos	18	30.677	41.427	30.677	41.427
		102.254	113.004	102.254	113.004

Eternit S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eternit S.A. (“Companhia” ou “Eternit”), incorporada no Brasil, com sede na Rua Dr. Fernandes Coelho, 85 – 8º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 30 de janeiro de 1940, é uma companhia de capital aberto, sem controlador, registrada no segmento especial do mercado de ações da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. – BM&FBOVESPA, denominado Novo Mercado, sob o código de negociação ETER3. Seus acionistas são pessoas físicas e jurídicas, clubes de investimento, fundos de investimento e fundações (vide nota explicativa nº 18).

A Companhia e suas controladas (“Grupo”) têm como principal objeto social a industrialização e a comercialização de produtos de fibrocimento, cimento, concreto, gesso e produtos de matéria plástica, bem como outros materiais de construção e respectivos acessórios.

O Grupo está constituído da seguinte forma:

- A Companhia possui quatro fábricas instaladas nos Estados da Bahia, Goiás, Paraná e Rio de Janeiro.
- A controlada SAMA S.A. Minerações Associadas (“SAMA”), sociedade anônima de capital fechado, localizada no Estado de Goiás, é a única mineradora de crisotila do Brasil e tem como principal objeto social a exploração e o beneficiamento do mineral crisotila, o qual é comercializado nos mercados interno e externo.
- A controlada Tégula Soluções para Telhados Ltda. (“Tégula”) possui seis fábricas, instaladas nos Estados da Bahia, Goiás, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo e tem como principal objeto social a industrialização e comercialização de telhas de concreto e acessórios para telhados.
- A controlada Precon Goiás Industrial Ltda. (“Precon”) possui uma fábrica em Anápolis no Estado de Goiás e tem como principal objeto social a industrialização e comercialização de produtos e artefatos de fibrocimento.
- A controlada Prel Empreendimentos e Participações Ltda. (“Prel”), localizada em São Paulo no Estado de São Paulo, tem como principal objeto social a participação em empresas industriais e comerciais.
- A controlada Engedis Distribuição Ltda. (“Engedis”), localizada em Minaçu no Estado de Goiás, não possui atividade econômica.
- As controladas Wagner Ltda. (“Wagner”) e Wagner da Amazônia Ltda. (“Wagner da Amazônia”), localizadas em São Paulo no Estado de São Paulo, não possuem atividade econômica.
- A controlada em conjunto Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A., localizada na cidade de Caucaia no Estado do Ceará, tem como principal objetivo social a importação, industrialização, comercialização, exportação e distribuição de louças sanitárias de cerâmica e acessórios para banheiro em geral.
- A controlada Eternit da Amazônia Indústria de Fibrocimento Ltda, localizada em Manaus no Estado de Amazonas, tem como principal objetivo social realizar pesquisas e desenvolvimentos de insumos para materiais de construção.

Os principais produtos industrializados e/ou comercializados pelo Grupo estão descritos na nota explicativa nº 27.

Questão Jurídica do Amianto

A Companhia esclarece que a Lei Federal nº 9.055/95 – Decreto nº 2.350/97 e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego regulamentam a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do mineral crisotila e dos produtos que o contêm.

As Leis estaduais nº 10.813/2001 de São Paulo e nº 2.210/2001 do Mato Grosso do Sul, que proibia a importação, a extração, o beneficiamento, a comercialização e a instalação de produtos ou materiais contendo qualquer tipo de amianto, sob qualquer forma, foram julgadas e declaradas inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por meio das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) nº 2.656 e nº 2.396, por invadirem a esfera de competência da União.

Eternit S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

As atuais Leis dos Estados de São Paulo (nº 12.684/2007), Rio de Janeiro (nº 3.579/2004), Rio Grande do Sul (nº 11.643/2001) e Pernambuco (nº 12.589/2004), restringindo o uso do amianto em seus territórios são objeto de Ações Diretas de Inconstitucionalidade, proposta pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), perante o STF.

Em 02 de abril de 2008, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA) e a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) propôs a ADI nº 4.066 contra o artigo 2º da Lei Federal nº 9.055 de 1995.

O STF iniciou em 31/10/12 o julgamento de mérito da ADI nº 3.357 em face da Lei estadual nº 11.643/2001 do Estado do Rio Grande do Sul, e da ADI nº 3.937 em face da Lei estadual nº 12.684/2007, do Estado de São Paulo. A sessão foi suspensa após o voto dos relatores ministro Ayres Britto – votou pela constitucionalidade das leis – e ministro Marco Aurelio – votou pela inconstitucionalidade das leis –, respectivamente, e encontra-se pendente sem previsão para voltar à pauta do STF para conclusão do julgamento.

Em 30/12/2013, foi sancionada a Lei nº 21.114/13, em seu artigo primeiro, proíbe a importação, o transporte, o armazenamento, a industrialização, a comercialização e o uso de produtos que contenham amianto no Estado de Minas Gerais, observando o prazo de 8 a 10 anos para atendimento do artigo primeiro. Portanto, o atendimento a este dispositivo ocorrerá a partir de 2021 e 2023, respectivamente

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

A apresentação das demonstrações financeiras anuais foram aprovadas e autorizadas pelos Conselho Fiscal e Conselho de Administração da Companhia em 12 de março de 2014, para divulgação em 17 de março de 2014.

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidos pelo *International Accounting Standards Board* – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado – IFRS e BR GAAP; e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com a legislação societária brasileira, composta por Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e empreendimento controlado em conjunto pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS’s, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo de aquisição.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado.

Eternit S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

2.2. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais e de indicar ou destituir a maioria dos membros da diretoria ou Conselho de Administração de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A Administração da Companhia, baseada nos estatutos e acordo de acionista, controla as empresas relacionadas na nota explicativa nº 1 e, portanto, realiza a consolidação integral das mesmas, com exceção da Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A. - CSC, considerada com base nos parâmetros descritos no parágrafo anterior como empreendimento controlado em conjunto, que não é consolidada tendo seu resultado considerado nas demonstrações financeiras consolidadas com base no método da equivalência patrimonial, conforme previsto no CPC 19R2 (IFRS 11).

A participação dos acionistas minoritários, das empresas consolidadas integralmente, é destacada nas demonstrações do resultado consolidado e das mutações do patrimônio líquido.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia e demonstrações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Entre os principais ajustes de consolidação estão às seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações financeiras consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital e lucro líquido (prejuízo) do exercício das empresas controladas.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas controladas foram eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo.

2.3. Reclassificação para fins de comparabilidade

Visando a melhoria da qualidade das informações apresentadas nas demonstrações financeiras e a melhor comparabilidade dos saldos, a Companhia efetuou a reclassificação da rubrica partes relacionadas do passivo não circulante para o passivo circulante no montante de R\$ 8.281 no saldo de 31 de dezembro de 2012.

Eternit S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando de outra forma indicado)

2.4. Apuração do resultado

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

2.4.1. Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- O Grupo transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- O Grupo não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida.

2.4.2. Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito dos acionistas de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

2.5. Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

Eternit S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

2.6. Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

2.7. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida. No exercício de 2013 o Grupo efetuou capitalização de custos com empréstimos de imobilizados em andamento, totalizando o montante de R\$ 2.737. Em 2012 o montante de custo com empréstimo não foi relevante.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

2.8. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que o Grupo irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas.

As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais o Grupo reconhece como despesa os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

2.9. Custos de aposentadoria

Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

2.10. Tributação

2.10.1. Impostos sobre vendas

Os impostos referentes a receitas e despesas são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, isso ocorrerá quando os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesas conforme o caso; e quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

Quando o valor líquido dos impostos sobre as vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

Eternit S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

2.10.2. Imposto de renda e contribuição social corrente

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício (vide nota explicativa nº 20).

2.10.3. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas (vide nota explicativa nº 20b). Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

2.11. Imobilizado

Está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição de uso e os custos de empréstimos, até que os bens estejam concluídos. Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados como ativo somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

O cálculo da depreciação dos bens do ativo imobilizado é realizado pelo método linear a taxas que consideram a vida útil-econômica estimada de cada ativo. Periodicamente essa vida útil-econômica é revisada e seus efeitos são ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A baixa de um item do ativo imobilizado ocorre quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Quaisquer ganhos ou perdas eventuais na venda ou baixa de um item do imobilizado (diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício que o ativo for baixado.

Eternit S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

2.12. Intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

O Grupo não possui ativo intangível gerado internamente.

2.13. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

No fim de cada exercício, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.14. Estoques

São apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

2.15. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Grupo espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um valor separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

2.15.1. Provisão para benefícios futuros a ex-empregados

A provisão para benefícios futuros a ex-empregados é contabilizada com base em estimativa atuarial, conforme descrito na nota explicativa nº 17.

Eternit S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

2.15.2. Provisão para remonte da mina

A controlada SAMA registra provisão para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos de limpeza e de reparação, para tal emprega equipe de especialistas ambientais para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais, inclusive com o auxílio de especialistas externos, quando necessário, e segue o Programa para Recuperação de Área Degradada - PRAD, avaliando os gastos com base em cotações de mercado.

2.15.3. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusão de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.16. Ajuste a valor presente

Os saldos de contas a receber e fornecedores estão ajustados ao seu valor presente considerando a taxa SELIC acumulada até 31 de dezembro de 2013 como taxa de desconto. A constituição de tais ajustes está registrada como redutora nas contas de origem e a sua realização é registrada nas rubricas "Receitas financeiras" e "Despesas financeiras" na demonstração do resultado.

2.17. Instrumentos financeiros

O Grupo opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras, duplicatas a receber de clientes mercado externo, contas a pagar a fornecedores e empréstimos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulantes têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

a) Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A gestão desses instrumentos financeiros é realizada e monitorada pela Administração do Grupo, visando maximizar a rentabilidade do negócio para o acionista, bem como estabelecer o equilíbrio entre capital de terceiros e capital próprio.

Os ativos financeiros foram classificados como segue:

i) *Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado*

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo, e são mensurados ao valor justo na data das demonstrações contábeis, sendo as variações reconhecidas no resultado. Neste grupo estão incluídos caixa e equivalentes de caixa, aplicações e contas a receber de clientes mercado externo.

Eternit S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

ii) *Ativos financeiros disponíveis para venda*

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

As aplicações financeiras de curto prazo são compostas por fundos de investimentos que estão classificados como disponíveis para venda e após a sua mensuração inicial, são mensurados a valor justo, e reconhecidos no resultado do exercício no momento da sua realização.

iii) *Empréstimos e recebíveis*

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo.

São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data das demonstrações financeiras, os quais são classificados como ativo não circulante.

Os passivos financeiros foram classificados como segue:

i) *Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado*

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os passivos financeiros não derivativos classificados ao valor justo por meio do resultado.

ii) *Outros passivos financeiros*

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro 2013, os passivos financeiros são compostos por: empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 14) e saldos a pagar a fornecedores estrangeiros e nacionais (nota explicativa nº 13).

2.18. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, passam a ser mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivo, isto é, acrescido de encargos, juros e variações monetárias e cambiais, conforme previsto contratualmente, incorridos até as datas dos balanços, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Eternit S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

2.19. Dividendos e juros sobre o capital próprio

O estatuto social assegura um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, deduzido da constituição das reservas legal de 5% e estatutária 5% do lucro, conforme a Lei das Sociedades Anônimas. Adicionalmente poderá constituir, mediante proposta do Conselho de Administração, reservas para contingências e orçamento de capital. Após tais destinações, havendo ainda saldo remanescente, este será integralmente destinado ao pagamento de dividendos aos acionistas (vide nota explicativa nº 18).

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

2.20. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição no exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS's.

A demonstração do valor adicionado foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

2.21. Normas, alterações e interpretações de normas

2.21.1. Normas, alterações e interpretações de normas existentes com adoção inicial a partir de 1º de janeiro de 2013.

- IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas

A Companhia adotou o IFRS 10 que estabelece princípios para a apresentação e preparação das demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais entidades. O IFRS 10 substitui as exigências de consolidação do SIC-12 Consolidação de Entidades de Finalidade Específica e do IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas. A adoção desse IFRS não teve qualquer efeito relevante sobre os valores reportados nas demonstrações financeiras do Grupo.

- IFRS 11 – Acordos em conjunto

O IFRS 11 prevê uma reflexão mais realista de acordos em conjunto, centrando-se sobre os direitos e obrigações do acordo, ao invés de sua forma jurídica. A norma aborda inconsistências no tratamento de um acordo em conjunto, exigindo um único método para tratar em entidades controladas em conjunto, através da equivalência patrimonial. O IFRS 11 substitui o IAS 31 Empreendimentos Controlados em Conjunto e SIC-13 Entidades Conjuntamente Controladas – Contribuições Não Monetárias por Acionistas. O principal efeito decorrente da adoção do IFRS 11 é o fim da consolidação proporcional, fato que não afeta as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. A adoção desse IFRS não teve qualquer efeito relevante sobre os valores reportados nas demonstrações financeiras do Grupo.

- IFRS 12 – Divulgações de Participações em Outras Entidades

O IFRS 12 é uma norma nova e abrangente sobre os requisitos de divulgação de todas as formas de participações em outras entidades, incluindo as subsidiárias, empreendimentos conjuntos, associadas e entidades estruturadas não consolidadas. A adoção desse IFRS não teve qualquer efeito relevante sobre os valores reportados nas demonstrações financeiras do Grupo.

Eternit S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

- IFRS 13 – Mensurações ao Valor Justo

Substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRS's em um único pronunciamento. O IFRS 13 define valor justo e orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não introduz nenhum novo requerimento nem alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais. A adoção desse IFRS não teve qualquer efeito relevante sobre os valores reportados nas demonstrações financeiras do Grupo.

- Alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras

Introduz o requerimento de que os itens registrados em outros resultados abrangentes sejam segregados e totalizados entre itens que são e os que não são posteriormente reclassificados para lucros e perdas. A adoção desse IFRS não teve qualquer efeito relevante sobre os valores reportados nas demonstrações financeiras do Grupo.

- Alterações à IAS 16 – Imobilizado

Esta melhoria explica que as principais peças de reposição e equipamentos de prestação de serviços que satisfazem a definição de imobilizado não fazem parte dos estoques. A adoção dessa IAS não teve qualquer efeito relevante sobre os valores reportados nas demonstrações financeiras do Grupo.

- Alterações à IAS 19 – Benefícios aos Empregados

Eliminação do enfoque do corredor, sendo os ganhos ou as perdas atuariais reconhecidos como outros resultados abrangentes para os planos de pensão e o resultado para os demais benefícios de longo prazo, quando incorridos, entre outras alterações. O impacto da aplicação da referida norma não teve efeito relevante sobre os valores anteriores reportados nas demonstrações financeiras do Grupo.

- IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais (Revisado em 2011)

Como consequência das recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em demonstrações financeiras em separado. A adoção desse IFRS não teve qualquer efeito relevante sobre os valores reportados nas demonstrações financeiras do Grupo.

- IAS 28 - (Revisada 2011) Investimentos em Coligadas e Entidades com Controle Compartilhado.

Como consequência das recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 28 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em demonstrações financeiras em separado. A adoção desse IFRS não teve qualquer efeito relevante sobre os valores reportados nas demonstrações financeiras do Grupo.

2.21.2. Normas, alterações e interpretações de normas existentes com adoção inicial a partir de 01 de janeiro de 2014.

- IAS 32 Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros – Revisões da IAS 32

Estas revisões explicam o significado de “atualmente tem o direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos”. As revisões também esclarecem a adoção dos critérios de compensação da IAS 32 para os sistemas de liquidação (como os sistemas de câmaras de liquidação) que aplicam mecanismos brutos de liquidação que não são simultâneos. Estas revisões não deverão ter um impacto relevante sobre a posição financeira, desempenho ou divulgações nas demonstrações financeiras do Grupo.

- Entidades de Investimento (Revisões do IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27)

As revisões fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com o IFRS 10. Essa exceção requer que as entidades de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado. O Grupo não espera que essas revisões sejam relevantes para suas demonstrações financeiras, uma vez que nenhuma de suas entidades se qualifica como entidade de investimento.

- IFRIC 21 Tributos

O IFRIC 21 clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O Grupo não espera que o IFRIC 21 provoque um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

- IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge – Revisão da IAS 39

Essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade do hedge quando a renovação de um derivativo designado como hedge atinge certos critérios. O Grupo não espera que essa revisão provoque um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

2.21.3. Normas, alterações e interpretações de normas existentes com adoção inicial a partir de 01 de janeiro de 2015.

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros

Classificação e Mensuração encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”, essa nova norma utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. O IFRS 9 exige a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. A Administração do Grupo avaliou os impactos do IFRS 9 e prevê que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.

O Grupo pretende adotar as normas descritas nas notas explicativas 2.23 e 2.24 acima quando elas entrarem em vigor divulgando e reconhecendo os impactos nas demonstrações financeiras que possam ocorrer quando da aplicação de tais adoções.

Considerando as atuais operações do Grupo e de suas controladas, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às normas novas revisadas, apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso de o CPC e a CVM manterem atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto relevante no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pelo Grupo.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das principais práticas contábeis do Grupo, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e se baseiam na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros considerados razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem divergir dos resultados efetivos, os efeitos das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período de revisão.

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no fim de cada período de demonstrações financeiras, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período.

3.1. Recuperabilidade do ágio por expectativa de rentabilidade futura

Para determinar se o ágio apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o ágio foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado.

Não foram identificados indícios de redução do valor recuperável do ágio.

Controlada	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
SAMA	16.559	16.559
Tégula	3.436	3.436
	19.995	19.995

3.2. Vida útil dos bens do imobilizado

O Grupo possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil. Periodicamente são realizadas as revisões dos valores recuperáveis e das estimativas de vida útil. São analisados fatos econômicos, mudanças de negócios, mudanças tecnológicas ou qualquer forma de utilização do bem que afete a vida útil desses ativos. As atuais taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos.

3.3. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

O Grupo reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Administração do Grupo revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

3.4. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 21. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos consultores jurídicos. A Administração do Grupo acredita que essas provisões para riscos estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

3.5. Provisão para benefícios futuros a ex-empregados

O valor atual da provisão para benefícios futuros a ex-empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculo atuarial, que atualizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto e inflação, entre outras, as quais estão divulgadas na nota explicativa nº 17. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados.

3.6. Provisão para remonte da mina

A controlada SAMA segue o Programa para Recuperação de Área Degradada – PRAD e possui provisão para potenciais passivos ambientais com base nas melhores estimativas de custos de limpeza e de reparação. A controlada possui equipe de especialistas ambientais, para gerenciar todas as fases de seus programas ambientais, e quando necessário utiliza ainda especialistas externos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e bancos	9.516	1.801	11.100	3.585
Aplicações em certificados de depósito bancários compromissados	-	2.051	2.195	13.071
	9.516	3.852	13.295	16.656

Durante 2013 as aplicações foram remuneradas por taxas médias de 103% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (103% durante 2012), tendo basicamente em sua carteira, aplicações compromissadas. Os saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos no curto prazo, rapidamente conversíveis em dinheiro, e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Fundos de investimentos (i)	9.897	31.873	35.661	62.191
Fundos de Investimentos temporários (ii)	-	16.739	-	16.739
	9.897	48.612	35.661	78.930

Os fundos de investimentos, em sua maioria, são aplicados em renda fixa, operações compromissadas, remunerados pelas taxas médias de 103% da variação do CDI (103% em 31 de dezembro de 2012).

(i) São de aplicações disponíveis para resgate (liquidez imediata), não havendo prazo de carência de resgate de quotas. As quotas podem ser resgatadas com o rendimento, conforme necessidade da Companhia.

(ii) Essas aplicações têm como objetivo principal financiar os investimentos em ativos imobilizados ou para futuros investimentos da Companhia. O valor é definido conforme plano de investimento da Companhia.

6. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Mercado interno	73.487	82.728	112.241	124.241
Mercado externo	-	-	55.521	61.228
(-) Ajuste a valor presente	(432)	(328)	(1.362)	(969)
	73.055	82.400	166.400	184.500
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(3.281)	(3.242)	(6.011)	(6.518)
	69.774	79.158	160.389	177.982

As despesas com a provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre as contas a receber são contabilizadas no grupo de “despesas com vendas”.

Composição do saldo de clientes por idade de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
A vencer	65.939	75.208	146.010	162.284
Valores vencidos:				
Até 30 dias	2.362	3.569	10.538	13.094
Entre 30 e 60 dias	1.283	225	2.654	1.480
Acima de 60 dias	190	156	1.187	1.124
	69.774	79.158	160.389	177.982

Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre as contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial	(3.242)	(2.832)	(6.518)	(6.470)
Adição	(782)	(572)	(1.482)	(1.546)
Reversão	380	6	497	581
Baixa	363	156	1.492	917
Saldo final	(3.281)	(3.242)	(6.011)	(6.518)

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Produtos acabados	41.554	35.082	72.551	59.957
Produtos semi-acabados	-	-	2.116	2.757
Revenda	9.751	20.862	14.698	26.005
Matérias-primas	29.854	22.117	31.142	21.110
Materiais auxiliares	5.091	3.864	22.789	18.666
(-) Provisão para perdas (*)	(417)	-	(1.352)	(935)
	85.833	81.925	141.944	127.560

(*) A contrapartida da provisão para perdas está registrada na rubrica "Custo dos produtos vendidos" nas demonstrações do resultado.

A movimentação da provisão para perdas na realização dos estoques para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012 está assim representada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2012	-	(739)
(+) Provisão	-	(852)
(-) Reversão	-	656
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	(935)
(+) Provisão	(443)	(443)
(-) Reversão	26	26
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(417)	(1.352)

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foram consumidos o equivalente a R\$ 259.318 (R\$ 232.084 em 2012) em matérias-primas registrado como custo na Controladora e R\$ 394.780 (R\$ 357.100 em 2012) no Consolidado.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Circulante:				
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviço - ICMS	1.005	1.067	2.131	1.946
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	191	284	413	518
Imposto de renda sobre pessoa jurídica - IRPJ	8.285	4.862	8.690	5.650
Contribuição social sobre lucro líquido - CSLL	2.243	1.415	2.311	1.602
Imposto de renda retido na fonte juros sobre capital próprio	3.400	2.169	3.400	2.169
Fundo - FOMENTAR - ICMS (*)	1.197	729	1.197	729
Outros	221	641	1.506	1.267
	16.542	11.167	19.648	13.881
Não circulante:				
Imposto sobre circulação de mercadoria e serviço - ICMS	1.218	840	4.021	4.260
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	13.363	13.004	13.363	13.004
Imposto de renda sobre pessoa jurídica - IRPJ	7.638	7.206	7.638	7.206
Outros	-	64	-	64
	22.219	21.114	25.022	24.534

(*) Fundo de Participação e Fomento à Industrialização do Estado de Goiás - FOMENTAR, com objetivo de incrementar a implantação e a expansão de atividades que promovam o desenvolvimento industrial do Estado de Goiás.

9. INVESTIMENTOS

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas e da controlada em conjunto da Companhia:

Controladas	Controladora	
	Participação e capital votante detidos - %	
	31/12/2013	31/12/2012
Precon	99,99	99,99
Prel	99,99	99,99
SAMA	99,99	99,99
Tégula	99,99	99,99
Wagner	99,85	99,85
Wagner da Amazônia Ltda (ii)	99,99	99,99
Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A. ("CSC") (i)	60,00	60,00
Engedis (ii)	99,94	99,94
Eternit da Amazônia (iii)	99,99	-

(i) Empreendimento controlado em conjunto
(ii) Controlada indireta
(iii) Empreendimento em fase pré-operacional

Resumo das principais informações das controladas e empreendimento controlado em conjunto:

Controlada	Localização	Atividade principal
SAMA	Minaçu/GO	Exploração e beneficiamento do mineral crisotila.
Engedis	Minaçu/GO	Não possui atividade econômica.
Precon	Anápolis/GO	Industrialização e comercialização de produtos e artefatos de fibrocimento.
Prel	São Paulo/SP	Participação em empresas industriais, comerciais etc.
Wagner	São Paulo/SP	Não possui atividade econômica.
Wagner da Amazônia	São Paulo/SP	Não possui atividade econômica.
Tégula	Atibaia/SP	Industrialização e comercialização de telhas de concreto e acessórios.
Companhia Sulamericana de Cerâmica – CSC	Caucaia/CE	Importação, industrialização, comercialização, exportação, distribuição de louças sanitárias de cerâmica e acessórios para banheiro em geral.
Eternit da Amazônia	Manaus/AM	Pesquisa e desenvolvimento e insumos para materiais de construção. Não iniciou as suas operações até o fechamento das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Resumo da composição dos investimentos:

	Controladora							Total
	Eternit da Amazônia	Precon	Prel	SAMA	CSC	Tégula	Wagner	
Investimentos	(738)	20.221	8.058	91.752	36.032	71.787	4.058	231.170
Mais valia dos ativos líquidos	-	-	-	16.559	-	-	-	16.559
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(738)	20.221	8.058	108.311	36.032	71.787	4.058	247.729

	Controladora							Total
	Eternit da Amazônia	Precon	Prel	SAMA	CSC	Tégula	Wagner	
Em 01 de janeiro de 2012	-	15.694	7.866	102.116	-	53.752	4.059	183.487
Dividendos	-	(7.927)	(1.896)	(62.958)	-	-	(104)	(72.885)
Juros sobre o capital próprio	-	(640)	-	(5.158)	-	(2.839)	-	(8.637)
Equivalência patrimonial	-	10.451	1.851	73.183	(531)	4.333	104	89.391
Constituição de controlada em conjunto	-	-	-	-	13.560	-	-	13.560
Aporte de capital	-	-	-	-	-	17.000	-	17.000
Em 31 de dezembro 2012	-	17.578	7.821	107.183	13.029	72.246	4.059	221.916
Dividendos	-	(7.222)	(2.653)	(65.112)	-	-	-	(74.987)
Juros sobre o capital próprio	-	(829)	-	(4.492)	-	-	-	(5.321)
Resultado da equivalência patrimonial	(938)	10.694	2.890	70.304	(6.223)	(459)	(1)	76.267
Equivalência dos resultados abrangentes	-	-	-	428	-	-	-	428
Aporte de capital	200	-	-	-	29.226	-	-	29.426
Em 31 de dezembro de 2013	(738)	20.221	8.058	108.311	36.032	71.787	4.058	247.729

O saldo de investimentos nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013 no montante de R\$ 36.032 (R\$ 13.029 em 31 de dezembro de 2012) refere-se ao investimento na controlada em conjunto com a CSC.

Demonstramos abaixo os saldos das empresas controladas em 31 de dezembro de 2013:

	Eternit da Amazônia	Precon	Prel	SAMA	Tégula	Wagner
Ativo circulante	199	26.068	5.539	130.856	32.394	3.825
Ativo não circulante	125	13.004	5.307	121.505	64.526	1.802
Passivo circulante	1.062	15.292	2.787	252.140	96.723	8
Passivo não circulante	-	3.557	-	55.395	10.731	1.554
Patrimônio líquido	(738)	20.223	8.059	96.312	71.793	4.065
Participação proporcional	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,85%
Valor contábil do investimento	(738)	20.221	8.058	96.310	71.787	4.058
Receita operacional líquida	-	68.236	-	385.347	85.355	-
Custo dos produtos vendidos	-	(47.022)	-	(188.242)	(58.837)	-
Lucro não realizado nos estoques	-	-	-	(538)	-	-
Lucro líquido (prejuízo) de operações em continuidade	(938)	10.694	2.889	70.304	(459)	(1)
Atribuível a:						
Participação da Companhia	(938)	10.694	2.889	70.302	(459)	(1)

Participação em joint-venture:

O Grupo detém participação de 60%, da controlada em conjunto, Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A., cujo objeto social é importação, industrialização, comercialização, exportação e distribuição de louças sanitárias de cerâmica e acessórios para banheiro em geral.

Demonstramos abaixo os saldos dessa empresa controlada em conjunto em 31 de dezembro de 2013:

	31/12/2013
Ativo circulante	58.388
Ativo não circulante	62.652
Passivo circulante	16.421
Passivo não circulante	44.567
Patrimônio líquido	60.053
Participação proporcional	60%
Valor contábil do investimento	36.032
Receita operacional líquida	8.820
Custo dos produtos vendidos	(7.098)
Despesas gerais e administrativas	(11.626)
Despesas financeiras	(1.015)
Receitas financeiras	548
Prejuízo de operações em continuidade	(10.371)
Atribuível a:	
Participação da Companhia	(6.223)

10. PARTES RELACIONADAS

a) Saldos e transações da controladora com partes relacionadas

	Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012
Saldos:		
Ativo circulante		
Eternit da Amazônia (ii)	1.062	-
Precon (i) e (ii)	488	1.376
SAMA (ii)	169	132
Tégula (i) e (ii)	96	269
Companhia Sulamericana de Cerâmica (i)	9.780	-
Wagner (ii)	-	18
	11.595	1.795
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber:		
SAMA	8.735	15.396
Prel	2.653	702
Precon	7.926	3.038
Tégula	706	706
Wagner	-	11
	20.020	19.853
	31.615	21.648
Ativo não circulante		
Companhia Sulamericana de Cerâmica (iii)	2.018	-
Tégula (iii)	7.705	7.214
	9.723	7.214
Total do Ativo	41.338	28.862
Passivo circulante		
Fornecedores (i)		
SAMA	7.128	8.174
Outras contas a pagar		
Prel	88	83
SAMA	26	23
Tégula	1	1
	7.243	8.281
Passivo não circulante		
Mútuo (iii)		
SAMA	29.108	27.252
Total do Passivo	36.351	35.533

(i) Existem compras e vendas entre partes relacionadas, portanto os saldos referem-se basicamente a fornecimentos de matéria-prima (mineral crisotila) e/ou produtos acabados, eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia conforme CPC 26.

(ii) Referem-se basicamente a reembolsos de despesas sem vencimento pré-determinado.

a) Saldos e transações da controladora com partes relacionadas

(iii) Referem-se a contratos de mútuo sobre os quais incidem os encargos IOF, IRRF e variação de 100% do CDI e prazo de amortização de 24 meses a partir da data do aditamento, renováveis por mais 24 meses.

	Controladora	
	31/12/2013	31/12/2012
Transações:		
Vendas:		
Precon	8.880	10.519
Tégula	385	-
	9.265	10.519
Compras:		
SAMA	70.264	74.823
Descontos obtidos - SAMA	-	122
Despesas administrativas - Prel	1.004	936
	71.268	75.881
Juros sobre mútuo:		
Despesa - SAMA	2.183	2.129
	2.183	2.129
Receitas:		
Juros sobre mútuo - Tégula	578	917
Juros sobre capital próprio:		
SAMA	4.492	5.157
Precon	828	640
Tégula	-	2.839
	5.898	9.553

As transações de compras e vendas entre partes relacionadas são efetuadas em condições estabelecidas entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não existem garantias em aberto com partes relacionadas, e não existem provisões para redução de saldo de contas a receber de partes relacionadas.

Eternit S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Grupo pagou a seus administradores benefícios de curto prazo, salários e remuneração variável, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Salários, honorários e benefícios	5.082	4.127	6.014	5.297
Encargos sociais	1.430	1.810	1.735	2.221
Participação nos lucros - PLRE	3.642	4.255	4.316	5.084
Bônus complementar	2.419	885	3.093	1.037
Benefícios pós-emprego	229	305	387	439
	12.802	11.382	15.545	14.078

O Conselho de Administração do Grupo aprovou um plano de incentivo para a compra de ações da Companhia pela Diretoria.

O Grupo concede bônus complementar, a título de PLRE, aos diretores que investem até 100% do valor líquido do seu PLRE recebido em ações da Companhia. Esse bônus complementar será proporcional ao valor líquido do PLRE investido e deve ser integralmente utilizado para aquisição de ações da Companhia. O plano estabelece regras específicas de aquisição e negociação de ações, como prazo mínimo de três anos após a aquisição para negociação das ações, limitada a 30% após o terceiro ano, 30% após o quarto ano, 30% após o quinto ano e 10% ficarão retidos e só poderão ser negociados quando do desligamento/aposentadoria do diretor. Os diretores devem também respeitar as regras de negociação da Instrução CVM nº 358/02.

O plano de incentivo para a compra de ações não se enquadra como pagamento baseado em ações (CPC 10 R1 - Pagamento Baseado em Ações), uma vez que o executivo não recebe ações diretamente da Eternit, e sim, recebe o montante equivalente a 100% distribuído como PLRE e compra as ações da Companhia mediante corretora de valores externa.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a posição acionária da Diretoria era de 995.283 ações - ETER3 (1.369.755 ações - ETER3 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012).

Eternit S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

11. IMOBILIZADO

	Controladora									
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Ferramentas e moldes	Instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Imobilizações em andamento	Total
Custo										
Saldos em 01 de janeiro de 2012	701	31.805	89.797	12.772	76.780	3.498	3.950	3.223	6.726	229.252
Adições	-	-	437	-	-	-	-	-	13.241	13.678
Baixas	-	-	(14)	-	(35)	(270)	(14)	(30)	-	(363)
Transferências	-	360	4.719	105	364	350	1.173	179	(7.250)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	701	32.165	94.939	12.877	77.109	3.578	5.109	3.372	12.717	242.567
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	36.913	36.913
Baixas	-	-	(381)	-	(272)	(791)	(36)	(103)	-	(1.583)
Transferências	-	639	7.093	78	2.251	-	670	735	(11.466)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	701	32.804	101.651	12.955	79.088	2.787	5.743	4.004	38.164	277.897
Taxas médias de depreciação	-	4%	8,6%	15%	10%	20%	10%	20%	-	-
Depreciação acumulada										
Saldos em 01 de janeiro de 2012	-	(17.928)	(42.380)	(7.574)	(34.815)	(2.391)	(1.985)	(2.306)	-	(109.379)
Adições	-	(703)	(1.786)	(1.077)	(5.863)	(341)	(336)	(304)	-	(10.410)
Baixas	-	-	14	-	35	201	11	21	-	282
Saldos em 31 de dezembro de 2012	-	(18.631)	(44.152)	(8.651)	(40.643)	(2.531)	(2.310)	(2.589)	-	(119.507)
Adições	-	(722)	(1.852)	(1.087)	(5.542)	(259)	(452)	(342)	-	(10.256)
Baixas	-	-	358	-	72	734	26	101	-	1.291
Saldos em 31 de dezembro de 2013	-	(19.353)	(45.646)	(9.738)	(46.113)	(2.056)	(2.736)	(2.830)	-	(128.472)
Valor residual										
Em 01 de janeiro de 2012	701	13.877	47.417	5.198	41.965	1.107	1.965	917	6.726	119.873
Em 31 de dezembro de 2012	701	13.534	50.787	4.226	36.466	1.047	2.799	783	12.717	123.060
Em 31 de dezembro de 2013	701	13.451	56.005	3.217	32.975	731	3.007	1.174	38.164	149.425

Eternit S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Consolidado														
	Terrenos	Edifícios e Benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Máquinas de extração	Ferramentas e moldes	Instalações	Veículos	Veículos fora de estrada	Móveis e utensílios	Equipamentos de Informática	Remonte da Mina	Recursos Minerais	Imobilizações em andamento	Total
Custo														
Saldos em 01 de janeiro de 2012	4.084	78.077	171.193	16.360	25.597	203.317	13.086	4.105	12.554	7.045	1.847	13.387	9.406	560.058
Adições	-	860	3.282	-	565	551	479	-	757	165	-	-	47.708	54.367
Baixas	-	(9)	(512)	-	(32)	(109)	(363)	(47)	(147)	(112)	-	-	-	(1.331)
Transferências	-	1.657	7.529	8.250	349	4.639	11.849	222	2.202	416	3.931	-	(41.044)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	4.084	80.585	181.492	24.610	26.479	208.398	25.051	4.280	15.366	7.514	5.778	13.387	16.070	613.094
Adições	-	283	3.472	-	64	133	161	-	844	129	-	-	55.041	60.127
Baixas	-	-	(786)	-	(215)	(324)	(968)	-	(553)	(317)	-	-	-	(3.163)
Transferências	-	672	11.595	2.960	395	8.187	461	259	1.671	1.127	-	-	(27.327)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	4.084	81.540	195.773	27.570	26.723	216.394	24.705	4.539	17.328	8.453	5.778	13.387	43.784	670.058
Taxas médias de depreciação	-	4%	8,6%	28,4%	15%	10%	20%	26,8%	10%	20%	2,9%	5,3%	-	-
Depreciação acumulada														
Saldos em 01 de janeiro de 2012	-	(44.466)	(97.460)	(13.276)	(15.120)	(137.155)	(8.809)	(3.820)	(6.343)	(5.326)	(211)	(2.183)	-	(334.169)
Adições	-	(1.629)	(4.343)	(1.758)	(2.585)	(10.445)	(3.346)	(83)	(1.316)	(615)	(614)	(696)	-	(27.430)
Baixas	-	9	265	-	30	107	294	47	109	101	-	-	-	962
Transferências	-	(140)	-	-	140	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	-	(46.226)	(101.538)	(15.034)	(17.535)	(147.493)	(11.861)	(3.856)	(7.550)	(5.840)	(825)	(2.879)	-	(360.637)
Adições	-	(1.755)	(4.424)	(4.028)	(2.645)	(11.046)	(5.731)	(185)	(1.515)	(685)	(494)	(696)	-	(33.204)
Baixas	-	-	762	-	207	124	912	-	535	307	-	-	-	2.847
Transferências	-	-	29	-	-	-	-	-	(29)	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	-	(47.981)	(105.171)	(19.062)	(19.973)	(158.415)	(16.680)	(4.041)	(8.559)	(6.218)	(1.319)	(3.575)	-	(390.994)
Valor residual														
Em 01 de janeiro de 2012	4.084	33.611	73.733	3.084	10.477	66.162	4.277	285	6.211	1.719	1.636	11.204	9.406	225.889
Em 31 de dezembro de 2012	4.084	34.359	79.954	9.576	8.944	60.905	13.190	424	7.816	1.674	4.953	10.508	16.070	252.457
Em 31 de dezembro de 2013	4.084	33.559	90.602	8.508	6.750	57.979	8.025	498	8.769	2.235	4.459	9.812	43.784	279.064

Em razão de processos judiciais, a controlada SAMA ofereceu como garantia bens do ativo imobilizado (máquinas e equipamentos) no valor residual de R\$ 1.272.

12. INTANGÍVEL

	Softwares	Intangível em andamento	Outros	Total
Controladora				
Custo				
Saldo em 01 de janeiro de 2012	6.770	-	11	6.781
Adições	436	-	-	436
Baixas	(21)	-	-	(21)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	7.185	-	11	7.196
Adições	45	2.844	-	2.889
Saldo em 31 de dezembro de 2013	7.230	2.844	11	10.085

Vida útil (em anos)	5	-	-	-
Amortização				
Saldo em 01 de janeiro de 2012	(3.928)	-	-	(3.928)
Adições	(774)	-	-	(774)
Baixas	20	-	-	20
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(4.682)	-	-	(4.682)
Adições	(819)	-	-	(819)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(5.501)	-	-	(5.501)

Valor residual				
Saldo em 01 de janeiro de 2012	2.842	-	11	2.853
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.503	-	11	2.514
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.729	2.844	11	4.584

	Softwares	Ágio	Marcas e patentes	Intangível em andamento	Outros	Total
Consolidado						
Custo						
Saldo em 01 de janeiro de 2012	11.722	19.995	1.156	-	90	32.963
Adições	200	-	-	1.227	-	1.427
Baixas	(21)	-	-	-	-	(21)
Transferências	1.242	-	-	(1.227)	(15)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	13.143	19.995	1.156	-	75	34.369
Adições	325	-	260	3.636	-	4.221
Transferências	792	-	-	(792)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	14.260	19.995	1.416	2.844	75	38.590

Vida útil (em anos)	5	-	-	-	-
Amortização					
Saldo em 01 de janeiro de 2012	(7.006)	-	-	-	(1)
Adições	(1.343)	-	-	-	-
Baixas	21	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(8.328)	-	-	-	(1)
Adições	(1.585)	-	-	-	(1.585)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(9.913)	-	-	-	(1)

Valor residual						
Saldo em 01 de janeiro de 2012	4.716	19.995	1.156	-	89	25.956
Saldo em 31 de dezembro 2012	4.815	19.995	1.156	-	74	26.040
Saldo em 31 de dezembro de 2013	4.347	19.995	1.416	2.844	74	28.676

13. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Mercado Interno	15.718	22.473	31.977	40.615
Mercado Externo	6.947	8.056	7.570	8.492
(-) Ajuste valor presente (mercado interno/externo)	(221)	(112)	(254)	(139)
	22.444	30.417	39.293	48.968

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Circulante:				
Empréstimos e financiamentos (a) (b) (c) (d) (e)	8.944	1.519	16.926	9.091
ACE (f)	-	-	39.955	26.319
ACC (g)	-	-	-	20.429
	8.944	1.519	56.881	55.839
Não circulante:				
Empréstimos e financiamentos (a) (b) (c) (d) (e)	14.368	7.266	25.799	24.107
	23.312	8.785	82.680	79.946

Fluxo de pagamento do não circulante:				
2014	-	7.202	-	13.756
2015	11.328	37	17.663	5.471
2016	2.336	22	6.161	3.513
2017	490	5	1.210	1.367
2018	214	-	562	-
2019	-	-	203	-
	14.368	7.266	25.799	24.107

(a) Objetivando a aquisição de máquinas e equipamentos destinados à atividade operacional, a controladora iniciou a captação do FINAME 2 ao 9 pela taxa de juros de 4,5% a 9,2% a.a., vencíveis de 54 a 60 meses. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a controladora captou FINAME 10 ao 27 pela taxa de juros de 2,5% a 3,5% a.a., vencíveis de 5 até 48 meses. Os FINAMES 2 e 3 foram totalmente liquidados no exercício de 2013.

(b) A controladora iniciou a captação de Financiamentos para Importação (FINIMP). Captou o FINIMP 2 e 4 para aquisição de máquinas e equipamentos destinados à atividade operacional, pela taxa de juros de 2,84% a 4,4% a.a., vencíveis em até 24 meses. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a controladora captou FINIMP 5 pela taxa de juros de 2,944% a.a., FINIMP 6 pela taxa de juros de 2,936% a.a. e FINIMP 7 pela taxa de juros de 3,56% a.a., vencíveis em até 36 meses. São financiamentos captados em dólar norte-americano, convertidos e atualizados à taxa de câmbio PTAX. O FINIMP 2 foi totalmente liquidado em dezembro de 2013.

(c) A controlada Precon captou FINAME 1 e 2 para aquisição de máquinas e equipamentos destinados à operação com taxas de 5,5% e 8,7% a.a., vencíveis em 48 meses. Em 2012, captou financiamentos para capital de giro e aquisição de máquinas e equipamentos pela taxa de 10% a.a., vencíveis em até 84 meses.

(d) A controlada Tégula iniciou a captação de FINIMP Itaú e Banco do Brasil para aquisição de máquinas e equipamentos destinados à operação pela taxa de juros de 3,65% + libor de 0,2193% à 0,8597% a.a., vencíveis de 36 a 60 meses. São financiamentos captados em dólar norte-americano/euro, convertidos e atualizados à taxa de câmbio PTAX. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, captou novo FINIMP pela taxa de juros de 3,65% + libor de 0,65% a.a., vencíveis em até 36 meses.

(e) A controlada SAMA captou FINAME para aquisição de veículos (caminhões) com taxa de 2,65% a.a. + TJLP à 7,7% a.a., vencíveis de 48 a 60 meses.

(f) Adiantamento de Contrato de Exportação – ACE – Trata-se de recursos destinados a alavancar o capital de giro da controlada SAMA, captados em dólares norte-americanos a taxa cambial média de R\$ 2,2836 e atualizados pela taxa corrente de R\$ 2,342 referente a 31 de dezembro de 2013. A taxa de captação – PRIME média é de 3,25% a.a., sendo tais adiantamentos, pelas características da transação, vencíveis em até 360 dias. A Companhia é avalista em R\$ 14.521 das operações de ACE da controlada SAMA, cujo valor em 31 de dezembro de 2013 era R\$ 39.955 (R\$ 20.429 em 31 de dezembro de 2012).

(g) Os adiantamentos de contrato de câmbio – ACC, os quais foram captados para alavancar o capital de giro da controlada SAMA, eram vencíveis em 360 dias e foram liquidados durante 2013 com as exportações do exercício. A taxa de captação – PRIME média foi de 3,25% a.a. e os adiantamentos foram captados em dólares norte-americanos, convertidos e atualizados à taxa de câmbio PTAX. A captação ocorreu decorrente à expectativa do aumento das exportações. O ACC foi totalmente liquidado no exercício de 2013.

O Grupo possui contratos de empréstimos os quais possuem cláusulas restritivas não financeiras pelos quais estão em conformidade em 31 de dezembro de 2013.

15. PROVISÕES E ENCARGOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Férias	6.760	6.699	12.980	12.291
Participação nos lucros e resultados (a)	3.704	4.680	10.145	14.388
Fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS	593	537	1.008	995
Instituto nacional do seguro social – INSS	1.848	1.832	3.367	3.227
Salários	73	-	73	-
Previdência privada (b)	-	3.557	423	3.985
Contribuição Sindical	2	5	13	52
	12.980	17.310	28.009	34.938

(a) Participação nos lucros e resultados

O Grupo concede participação nos lucros e resultados a seus colaboradores, sendo o valor destinado a eles calculado nos termos do acordo sindical firmado com as empresas do Grupo. A seguir, os valores registrados de despesas de participação nos lucros e resultados:

	Participação nos lucros e resultados	
	31/12/2013	31/12/2012
Controladora	5.785	8.289
Consolidado	13.168	18.195

(b) Previdência privada

O Grupo oferece plano de previdência privada para os funcionários, administrado por uma instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central, sem vínculo com o Grupo. O plano é denominado Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL, com característica de contribuição definida. Vide detalhes sobre este plano na nota explicativa nº 22.

16. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Circulante:				
Tributos sobre o lucro				
Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ	863	-	12.242	14.101
Contribuição social sobre lucro líquido – CSLL	-	-	2.432	3.402
Demais tributos				
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS	6.304	6.332	9.372	9.105
Imposto sobre produtos Industrializados – IPI	1.824	2.138	2.107	2.367
Contribuição para financiamento da seguridade social – COFINS	1.405	1.970	3.258	3.835
Programa de integração social – PIS	281	358	683	764
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	1.331	908	1.943	1.722
Contribuição financeira de compensação de recursos minerais	-	-	1.515	1.358
Outros	218	95	463	278
	12.226	11.801	34.015	36.932
Não circulante:				
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS[*]	7.697	7.285	9.432	8.139

(*) ICMS originado pelos programas de incentivos fiscais PRODUIZIR e DESENVOLVE na controladora e FOMENTAR na controlada Precon como também FUNDOPEM e PRODUIZIR na controlada Tégula.

17. PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS FUTUROS A EX-EMPREGADOS

O Grupo, com base em laudo atuarial preparado por empresa especializada independente, contabiliza provisão para fazer face a benefícios futuros de saúde (assistência médica e exames laboratoriais) aos ex-empregados. As premissas e os cálculos são revisados em bases anuais.

a) Principais premissas atuariais utilizadas para a determinação do valor presente dos benefícios:

	31/12/2013	31/12/2012
Taxa anual de juro atuarial real	6,32%	3,50%
Taxa anual real de evolução dos custos médicos	3,80%	1,00%
Taxa anual de inflação projetada	5,80%	5,20%
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	GAM83

Em 31 de dezembro de 2013 ocorreu a mudança na tábua de mortalidade decorrente da alteração da taxa de sobrevivência do grupo populacional beneficiário.

b) Passivo de plano de benefício futuro a ex-empregados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Circulante	2.174	1.645	3.861	2.926
Não circulante	23.710	18.263	34.527	30.019
	25.884	19.908	38.388	32.945

c) Despesa líquida com benefício em 2013 (reconhecida no resultado):

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Custo dos juros e serviços corrente	1.813	2.482	3.049	3.590
Benefícios pagos	(2.209)	(2.499)	(4.209)	(3.933)
Despesa líquida com benefício	(396)	(17)	(1.160)	(343)

d) As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são:

	Controladora	Consolidado
Obrigações de benefícios definidos em 01 de janeiro de 2012	22.380	32.372
Custo dos juros e serviços corrente	2.482	3.590
Benefícios pagos	(2.499)	(3.933)
Obrigações de benefícios definidos em 31 de dezembro de 2012	22.363	32.029
Custo dos juros e serviços corrente	1.813	3.049
Benefícios pagos	(2.209)	(4.209)
Obrigações de benefícios definidos em 31 de dezembro de 2013	21.967	30.869

e) Mudanças nas obrigações de benefícios definidos do plano em 2013:

	Controladora	Consolidado
01 de janeiro de 2013	20.413	34.330
Custo dos juros e serviços corrente	1.813	3.049
Subtotal incluído no resultado	1.813	3.049
Benefícios pagos	(2.209)	(4.209)
Ajustes de experiência	5.866	5.219
Subtotal incluído em outros resultados abrangentes	5.866	5.219
31 de dezembro de 2013	25.884	38.388

Em 31 de dezembro de 2012 não foram reconhecidos por mudanças nas obrigações de benefícios definidos do plano e nos custos dos serviços passados o valor de R\$ 2.041 na controladora e R\$ 3.433 no consolidado.

f) Análise de sensibilidade:

Controladora	Sensibilidade da taxa de juros sobre as obrigações calculadas			Sensibilidade do crescimento de custos médios sobre as obrigações calculadas		
	Real	Aumento 1%	Redução 1%	Real	Aumento 1%	Redução 1%
Impacto na obrigação com benefício líquida	25.884	24.021	28.119	25.884	28.138	23.913
Varição		(7,20%)	8,64%		8,71%	(7,61%)

Consolidado	Sensibilidade da taxa de juros sobre as obrigações calculadas			Sensibilidade do crescimento de custos médios sobre as obrigações calculadas		
	Real	Aumento 1%	Redução 1%	Real	Aumento 1%	Redução 1%
Impacto na obrigação com benefício líquida	38.388	35.846	41.420	38.388	41.459	35.712
Varição		(6,62%)	7,90%		8,00%	(6,97%)

A análise de sensibilidade acima foi realizada submetendo as premissas mais significativas a algumas variações, refletindo seu efeito nos montantes das obrigações.

g) Os pagamentos a seguir apresentados representam as contribuições esperadas para os exercícios futuros a partir da obrigação do plano de benefício definido:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Dentro dos próximos 12 meses	2.174	1.931	3.861	3.539
Entre 2 e 5 anos	2.015	8.101	4.215	13.038
Entre 5 e 10 anos	1.947	3.070	3.374	6.246
Após 10 anos	19.748	6.806	26.938	10.122
	25.884	19.908	38.388	32.945

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2013 o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 334.251, estava representado por 89.500.000 ações ordinárias, sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, e era distribuído como segue:

Composição acionária	31/12/2013		31/12/2012	
	Acionistas	Ações	Acionistas	Ações
Pessoas físicas	7.866	54.545.407	6.745	54.404.983
Pessoas jurídicas	97	1.619.554	91	1.752.168
Pessoas residentes no exterior	146	11.422.700	131	9.732.774
Clubes, fundos e fundações	131	21.882.973	177	23.580.709
	8.240	89.470.634	7.144	89.470.634
Ações em tesouraria	-	29.366	-	29.366
	8.240	89.500.000	7.144	89.500.000

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R\$ 1.000.000 (um bilhão de reais), independente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que fixará o preço de emissão de ações e as demais condições das respectivas subscrições e integralizações.

b) Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2013, o valor de mercado das ações em tesouraria era de R\$ 257 (R\$ 288 em 31 de dezembro de 2012).

c) Resultado por ação

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41 – Lucro por Ação (equivalente ao IAS 33), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido aos montantes usados para calcular o lucro básico e diluído por ação.

Controladora

	31/12/2013	31/12/2012
Efeito da diluição		
Lucro líquido do exercício atribuível aos minoritários	102.254	113.004
Média ponderada da quantidade das ações ordinárias em circulação, deduzidas as médias das ações ordinárias em tesouraria	89.470	89.470
Lucro básico e diluído por ação - R\$	1,14	1,26

Não existe nenhum efeito dilutivo que deva ser considerado no cálculo anterior.

d) Dividendos

O estatuto social faculta a distribuição de dividendos com base em balanços anuais, semestrais ou intermediários.

Os dividendos propostos para o exercício findo em 31 de dezembro 2013 foram os seguintes:

Evento	Início de pagamento	Valor Total	Valor por ação - R\$
RCA (*) de 17 de abril de 2013	10/05/13	12.168	0,136
RCA (*) de 07 de agosto de 2013	28/08/13	12.168	0,136
RCA (*) de 23 de outubro de 2013	13/11/13	12.079	0,135
RCA (*) de 12 de março de 2014	02/04/14	12.436	0,139
		48.851	

(*) RCA - Reunião do Conselho de Administração.

e) Juros sobre o capital próprio

O Conselho de Administração poderá deliberar também a distribuição de resultado na forma de pagamento de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação vigente. Os juros sobre o capital próprio propostos para exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram:

Evento	Início de pagamento	Valor Total	Valor por ação - R\$
RCA (*) de 17 de abril de 2013	10/05/13	5.726	0,064
RCA (*) de 07 de agosto de 2013	28/08/13	5.726	0,064
RCA (*) de 23 de outubro de 2013	13/11/13	5.816	0,065
RCA (*) de 11 de dezembro de 2013	02/04/14	5.458	0,061
		22.726	

(*) RCA - Reunião do Conselho de Administração.

Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar

e) Juros sobre o capital próprio

O saldo de dividendos e juros sobre capital próprio em aberto a pagar em 31 de dezembro de 2013, representa:

	Controladora e consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Juros sobre capital próprio	4.639	5.206
Dividendos	12.436	12.162
Proventos de exercícios anteriores	806	765
	17.881	18.133

f) Destinação do resultado do exercício

	Controladora e consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Lucro líquido do exercício	102.254	113.004
Constituição de Reservas		
Legal	(5.113)	(5.650)
Estatutária	(5.113)	(5.650)
Subvenção de Investimento	(754)	(852)
Retenção de lucros	(19.697)	(29.275)
Lucro disponível	71.577	71.577
Dividendos propostos e pagos	48.851	47.509
Juros sobre capital próprio propostos e pagos	22.726	24.068
Total	71.577	71.577
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios	23.007	25.426

Em atendimento à Instrução Normativa nº 480, publicada pela CVM em 7 de dezembro de 2009, a Companhia apresenta quadro demonstrativo do orçamento de capital previsto para o exercício social de 2014 a seguir.

Condições de mercado, situações macroeconômicas e outros fatores operacionais, por envolverem riscos, incertezas e premissas, podem afetar as projeções e perspectivas de negócios e, conseqüentemente, o montante dos valores previstos nesse orçamento de capital.

Como uma das fontes de recursos para financiar os investimentos previstos nesse orçamento de capital, a Administração está propondo a retenção do lucro líquido remanescente do exercício de 2013, no montante de R\$ 19.697, totalizando em 31 de dezembro de 2013 o montante de R\$ 98.187 na rubrica "Reserva de retenção de lucros".

g) Orçamento de capital – aplicação de recursos

Projetos – 2014	
• Manutenção e atualização do parque industrial	R\$ 57.500
• Instalação de unidade de pesquisa, desenvolvimento e produção de insumos para materiais de construção	R\$ 40.000
• Investimento no segmento de louças sanitárias	R\$ 12.400
	R\$ 109.900

h) Reserva legal

Em 2013, a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$ 5.113 (R\$ 5.650 em 2012), conforme previsto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

i) Reserva estatutária

Em 2013, a Companhia constituiu reserva estatutária no montante de R\$ 5.113 (R\$ 5.650 em 2012). Conforme disposto no Estatuto Social, a reserva será destinada à manutenção do capital de giro da sociedade, até atingir 10% do capital social.

19. SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL

• Tégula

a) Subvenção para investimento – Programa de desenvolvimento industrial de Goiás – Produzir.

O Decreto Estadual 5.265 de 31 de Julho de 2000 criou o Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás – PRODUZIR, que para promover o desenvolvimento econômico daquele Estado, possibilita a concessão de incentivo ao contribuinte de ICMS mediante a redução do valor do ICMS a recolher em relação ao apurado.

Em 21 de Maio de 2007, a Tégula Soluções para Telhados Ltda., outrora denominada Lafarge Roofing Brasil Ltda pleiteou o direito à redução do ICMS, por possuir uma filial localizada no Estado de Goiás.

O benefício foi concedido a partir de 28/12/2007, pela Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás, através de Termo de Acordo de Regime Especial 223/07 quando foi reconhecido à empresa Tégula Soluções Para Telhados o benefício fiscal de redução de 73% sobre o ICMS apurado decorrente das vendas de bens produzidos na unidade estabelecida no município de Anápolis/GO, limitado ao valor de R\$ 6.875 com um prazo para obter o benefício até 31/12/2020.

No exercício de 2013 o valor do benefício totalizou R\$ 898 (R\$ 949 em 2012). O benefício é tratado como Subvenção para investimento, pois conceitualmente a empresa se beneficia por meio de redução, devolução ou isenção de impostos devidos e tem como finalidade a expansão da sua atividade.

Além disso, o objetivo do PRODUZIR é atrair investimentos para integração, expansão, modernização e consolidação do segmento industrial naquela unidade de federação.

b) Subvenção para investimento – Fundo Operação das empresas do Estado do Rio Grande do Sul – FUNDOPEM/RS.

A Lei 11.916/03 de 2000 criou o Fundo Operação das empresas do Estado do Rio Grande do Sul – FUNDOPEM/RS que para promover o desenvolvimento econômico daquele Estado, possibilita a concessão de incentivo ao contribuinte de ICMS mediante a redução do valor do ICMS a recolher em relação ao apurado.

Em 27 de Maio de 2008, a Tégula Soluções para Telhados Ltda., outrora denominada Lafarge Roofing Brasil Ltda. pleiteou o direito à redução do ICMS, por possuir uma filial localizada no Estado do Rio Grande do Sul.

O benefício foi concedido a partir de 21/11/2008, pela Secretaria do Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul, através de Termo de Ajuste 016/2008 quando reconhecido à empresa Tégula Soluções para Telhados Ltda. o benefício fiscal de redução de ICMS apurado decorrente das vendas de bens produzidos na unidade estabelecida no município de Frederico Westphalen/RS, limitado ao valor mensal de 79.614,52 UFIR (R\$ 33) e ao prazo de 66 meses.

No exercício de 2013 o valor do benefício totalizou R\$ 76 (R\$ 33 em 2012). O benefício é tratado como Subvenção para investimento, pois conceitualmente a empresa se beneficia por meio de redução, devolução ou isenção de impostos devidos e tem como finalidade a expansão da sua atividade. Além disso, o objetivo do FUNDOPEM/RS é atrair investimentos para integração, expansão, modernização e consolidação do segmento industrial naquela unidade de federação.

• Precon

a) Subvenção para investimento – Agência de Fomento Goiás S/A empresa do Estado de Goiás – FOMENTAR.

Em 26 de Janeiro de 1990 a Precon Goiás Industrial Ltda. pleiteou o direito ao benefício para a redução do ICMS, por possuir uma filial localizada no Estado de Goiás. O pleito foi concedido pela Secretaria da Fazenda do Estado Goiás através do Termo de Acordo de Regime Especial 227/07 quando foi reconhecido à empresa Precon Goiás Industrial Ltda. o benefício fiscal de redução de 73% sobre o ICMS apurado decorrente das vendas de bens produzidos na unidade estabelecida no município de Anápolis/GO, limitado ao valor de R\$ 7.417 com um prazo para obter o benefício até 31/12/2015.

No exercício de 2013 o valor do benefício totalizou R\$ 2.439 (R\$ 1.884 em 2012). O benefício é tratado como Subvenção para investimento, pois conceitualmente a Companhia se beneficia por meio de redução, devolução ou isenção de impostos devidos e tem como finalidade a expansão da sua atividade. Além disso, o objetivo do FOMENTAR é atrair investimentos para integração, expansão, modernização e consolidação do segmento industrial naquela unidade de federação.

• Eternit

a) Subvenção para investimento – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)

As normas tributárias brasileiras possibilitaram que as pessoas jurídicas titulares de empreendimentos localizados nas áreas de atuação da Superintendência de Desenvolvimento e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), cuja atividade se enquadre em setor econômico considerado prioritário, em ato do Poder Executivo, a pleitear a redução do imposto de renda nos termos destes atos normativos atendendo as obrigações e condições constantes no anexo II.

O decreto nº 64.214 de 18 de Março de 1969 que regulamenta dispositivos das Leis nº 4.239, de 27 de Julho de 1963, nº 4.869, de dezembro de 1965 e nº 5.508, de 11 de Outubro de 1968 referentes a incentivos fiscais e financeiros administrativos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). O Laudo Constitutivo dá direito a redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não Restituíveis com base no Lucro da Exploração em favor da Eternit S.A. com fundamento na Medida Provisória 2.199-14 de 24 de agosto de 2001, com a nova redação dada pelo art.32 da Lei nº 11.196 de 2008, alterado pelo decreto nº 6.674 de 03 de Dezembro de 2008 e, ainda em conformidade com os Regulamentos dos Incentivos Fiscais, aprovado pela Portaria 2.091-A de 28 de dezembro de 2007.

Em Março de 2011, a Eternit S.A. obteve através do Laudo Constitutivo 0018/2011 o direito fiscal à redução do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas IRPJ e adicionais não restituíveis apurado sobre o lucro da exploração, por estar localizada na área de abrangência da região Nordeste, com prazo do benefício até o ano calendário 2020.

O objetivo deste benefício é a modernização total de empreendimento na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social com seus valores nominais

A conciliação das taxas efetiva e nominal de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) é conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	99.734	114.774	142.229	157.802
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social, a alíquotas nominais	(33.910)	(39.023)	(48.357)	(53.653)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	25.930	31.053	(2.116)	(531)
Juros sobre o capital próprio	5.918	8.183	7.727	8.183
Doações e brindes	(158)	(235)	(904)	(2.919)
Tributos e multas indedutíveis	(28)	(25)	(152)	(197)
Incentivo Fiscal	51	94	714	1.061
Outras (adições) exclusões sobre diferenças temporárias	4.717	(1.817)	3.115	3.258
Imposto de renda e contribuição social no resultado	2.520	(1.770)	(39.973)	(44.798)
Taxa Efetiva	2,5%	1,5%	28,1%	28,4%

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social apresentada nas demonstrações do resultado consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Imposto de renda e contribuição social corrente	472	1.174	(41.489)	(44.261)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.048	(2.944)	1.516	(537)
	2.520	(1.770)	(39.973)	(44.798)

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e, baseada na melhor interpretação do texto corrente da MP, concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Baseado nas análises realizadas, interpretação do texto corrente da MP 627/13 e discussões internas, o Grupo converge pela adoção antecipada no exercício fiscal 2014, de qualquer forma aguarda o esclarecimento de algumas matérias e possíveis emendas para tornar oficial tal decisão.

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

O saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos, apresentado no ativo não circulante, refere-se ao imposto de renda e à contribuição social sobre diferenças temporárias na apuração de resultado tributável, prejuízos fiscais e base negativa, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social	5.483	4.883	15.154	13.848
Benefícios futuros a ex-empregados	8.800	5.378	13.052	9.534
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	7.682	7.703	15.485	17.379
Lucros não realizados nos estoques	-	-	2.348	2.626
Provisão para perdas no recebimento de créditos	-	-	610	856
Provisão para participação nos lucros e resultados	1.259	1.591	2.811	3.819
Provisão para perda do imobilizado	1.750	1.815	1.750	1.815
Mercadorias não embarcadas	-	-	2.271	-
Outras provisões	(937)	(1.376)	1.631	1.943
	24.037	19.994	55.112	51.820

Expectativa de realização dos créditos tributários

i. Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social

Com base nas projeções de geração de resultados tributáveis futuros da Companhia e de sua controlada Tégula, a estimativa de recuperação do saldo no ativo não circulante de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa encontra-se demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2013	31/12/2013
2014	451	1.354
2015	744	1.310
2016	789	1.697
2017	782	1.812
2018 a 2023	2.717	8.981
	5.483	15.154

O ativo fiscal diferido registrado limita-se aos valores cuja compensação é amparada por projeções de lucros tributáveis, descontados ao seu valor presente, realizados pela Companhia e por sua controlada Tégula até os próximos dez anos, considerando, também, que a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa de contribuição social é limitada a 30% do lucro anual, determinado de acordo com a legislação fiscal brasileira vigente, e é imprescritível e compensável com lucros tributáveis futuros.

A controlada Tégula, em 31 de dezembro de 2013, tinha saldo de prejuízo fiscal acumulado no montante de R\$ 25.750 e saldo de base negativa de contribuição social de R\$ 25.900, para os quais foram constituídos impostos diferidos, em virtude de haver, até 31 de dezembro de 2013, projeções de resultados tributáveis futuros que confirmassem sua realização.

ii. Diferenças temporárias

Estima-se que o saldo do ativo não circulante, referente aos impostos de renda e contribuições sociais diferidas decorrentes das diferenças temporárias, será realizado conforme a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2013	31/12/2013
2014	3.586	6.452
2015	1.118	5.858
2016	1.611	3.452
2017	1.691	4.939
2018 a 2023	10.548	19.257
	18.554	39.958

A estimativa da realização do saldo de impostos diferidos decorrentes das diferenças temporárias, em 31 de dezembro de 2013, pode apresentar alterações, pois grande parte delas está sujeita a decisões judiciais sobre as quais o Grupo não detém controle, tampouco sabe prever quando haverá a decisão em última instância.

As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho das economias brasileira e internacional, flutuação de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de venda e alíquotas de impostos, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Como o resultado do imposto de renda e da contribuição social decorre não só do lucro tributável, mas também da existência de receitas não tributáveis, das despesas não dedutíveis e de diversas outras variáveis, não existe uma correlação relevante entre o lucro líquido do Grupo e o resultado do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro.

21. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O Grupo possui diversos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária que se encontram em discussão em diferentes esferas judiciais.

A provisão para riscos foi constituída para os processos cuja probabilidade de perda foi avaliada como provável, com base na análise individual dos respectivos processos feita pelos consultores jurídicos externos e do Grupo.

A Administração do Grupo acredita que a provisão para riscos constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais, conforme apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Processos trabalhistas (i)	19.780	17.214	29.219	26.321
Processos cíveis	-	-	4.397	4.305
Processos tributários (ii)	5.335	5.443	21.043	20.490
	25.115	22.657	54.659	51.116

i) Na área trabalhista os principais processos contemplam:

- Indenizações que englobam dano moral e material e reclamações trabalhistas propostas por ex-colaboradores que tem por objeto pedidos de (i) hora extra; (ii) adicional noturno; (iii) adicional de insalubridade e periculosidade; (iv) verbas rescisórias entre outras.

ii) Na área tributária os principais processos englobam:

- Diferença de valores recolhidos a título de ICMS; e
- Diferença de alíquotas recolhidas para o INSS.

As movimentações na provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são apresentadas a seguir:

	Controladora		Total
	Provisões Trabalhistas	Provisões Tributárias	
Saldo em 01 de janeiro de 2012	13.997	6.088	20.085
Adições	3.217	683	3.900
Reversões	-	(1.328)	(1.328)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	17.214	5.443	22.657
Adições	3.678	1.918	5.596
Reversões	(1.112)	(2.026)	(3.138)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	19.780	5.335	25.115

	Consolidado			Total
	Provisões Trabalhistas	Provisões Cíveis	Provisões Tributárias	
Saldo em 01 de janeiro de 2012	24.933	3.586	18.326	46.845
Adições	3.384	824	3.176	7.384
Reversões	(1.996)	(64)	(1.053)	(3.113)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	26.321	4.346	20.449	51.116
Adições	5.546	508	3.650	9.704
Pagamentos	(168)	-	-	(168)
Reversões	(2.480)	(457)	(3.056)	(5.993)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	29.219	4.397	21.043	54.659

iii) Ações cuja probabilidade de perda é possível:

Em 31 de dezembro de 2013, tramitavam contra o Grupo as seguintes ações, cuja probabilidade de perda foram consideradas pelos consultores jurídicos como possíveis:

a) Ações civis públicas sobre questões de natureza ambiental e de saúde movidas pelos Ministérios Público Estadual e Federal do Estado da Bahia, na Comarca de Vitória da Conquista, bem como ação popular na Comarca de Poções com o mesmo objeto das ações civis públicas mencionadas.

b) Ação civil pública consumerista no Estado do Rio de Janeiro e outra no Estado de Pernambuco, com o objetivo de proibir a venda de produtos que contém mineral crisotila naqueles Estados. A ação referente ao Estado do Rio de Janeiro foi julgada improcedente enquanto que a de Pernambuco procedente. Ambas estão pendentes de recurso, sendo que na ação civil pública do Estado do Rio de Janeiro, o Tribunal daquele Estado suspendeu o processo por entender que a matéria é de ordem constitucional devendo, portanto, ser apreciada após o julgamento do Supremo Tribunal Federal.

c) Ação de Improbidade Administrativa em que se discutia questões relacionadas à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM, bem como ação anulatória e uma execução fiscal da mesma natureza.

d) Ação Civil Pública e uma Ação Popular, ambas relacionadas à alienação pelo Estado de Goiás de uma área de terra onde se encontra a vila residencial da controlada SAMA.

e) Em 9 de agosto de 2013, o Ministério Público do Trabalho no Estado de São Paulo ajuizou nova Ação Civil Pública (processo nº 0002106-72.2013.5.02.0009) contra a Companhia, na qual são discutidos os mesmos objetos da Ação Civil Pública, ajuizada em 2004. A ação foi distribuída à 9ª Vara do Trabalho de São Paulo. Embora os fatos e objeto das antiga e atual ações sejam idênticos, nesta atual ação existem alguns distintos pedidos, entre os quais o pleito ao pagamento de R\$ 1 bilhão a título de danos morais coletivos a ser depositado no Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Paralelamente, em 4 de outubro de 2013, a ABREA também ingressou com uma Ação Civil Pública (processo nº 0002715-55.2013.5.02.0009) distribuída por dependência perante a Vara do Trabalho de São Paulo, por tratar dos mesmos fatos questionados nas ações acima.

A Companhia interpôs no STF uma reclamação (RCL), autuada sob o nº 16637, com vistas a discutir a competência para julgamento das ações. Em 13 de dezembro de 2013, o STF, por meio de seu relator, suspendeu, em caráter cautelar, as duas ações civis públicas citadas acima e que tramitam na Justiça do Trabalho de São Paulo (SP) contra a Eternit, bem como determinou a suspensão da eficácia das decisões já emanadas nos autos até o julgamento final da Reclamação nº 16637, pelo STF.

Cumpra esclarecer que já havia sido ajuizada, em 2004, Ação Civil Pública pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (processo nº 000.04.043.728-0), que versava sobre os mesmos fatos e com o mesmo objeto da ação acima citada, em relação à unidade de Osasco, cujas atividades encerraram-se em 1993.

A ação foi julgada improcedente pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, que por meio de seus julgadores consideraram que a Eternit cumpria rigorosamente a legislação referente à segurança e saúde dos funcionários, conforme determinado pela Lei Federal 9.055/95, Decreto 2.350/97 e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. Em setembro de 2013, tornou definitiva a decisão favorável à Companhia.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2013, existiam outras reclamações trabalhistas, processos cíveis, processos tributários, e administrativos contra o Grupo, para os quais os consultores jurídicos classificaram com possibilidade de perda como possível, no montante consolidado de R\$ 9.714 (R\$ 8.102 em 31 de dezembro de 2012), portanto, não foi registrada nenhuma provisão, para essas reclamações e processos.

Por outro lado, quando necessário, o Grupo efetua depósitos judiciais não vinculados às provisões para riscos, classificados em rubrica específica do ativo não circulante.

22. PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

O Grupo mantém contratado um plano de previdência complementar aberto com uma entidade de previdência privada devidamente autorizada. O plano foi contratado com o objetivo principal de suplementar a aposentadoria e pensão dos colaboradores e executivos. A contribuição é destinada a todos os colaboradores e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefício Livre – PGBL, na modalidade de contribuição definida. As contribuições são realizadas pelo Grupo e pelos participantes, seguindo percentuais preestabelecidos, de acordo com faixas progressivas de contribuição.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia e seus participantes efetuaram contribuições, para custeio dos planos de benefícios, nos montantes a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Contribuições efetuadas no exercício findo em:	3.017	2.829	3.864	3.542

23. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receita bruta de vendas	684.554	631.126	1.219.671	1.159.627
Descontos e abatimentos incondicionais	(3.438)	(3.515)	(3.602)	(3.583)
Impostos incidentes sobre as vendas	(172.591)	(157.689)	(258.768)	(249.727)
Receita operacional líquida	508.525	469.922	957.301	906.317

24. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS

O Grupo apresentou as demonstrações do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas nas demonstrações do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Custo dos produtos e mercadorias vendidas	(372.752)	(331.498)	(575.877)	(509.603)
Despesas com vendas	(59.097)	(54.546)	(116.734)	(113.263)
Despesas gerais, administrativas e remuneração da Administração	(54.698)	(36.883)	(113.348)	(86.923)
	(486.547)	(422.927)	(805.959)	(709.789)

Matéria-prima consumida	(259.318)	(232.084)	(394.780)	(357.100)
(-) Ajuste a valor presente	2.244	455	2.670	571
Despesas com pessoal e encargos	(102.467)	(75.579)	(152.017)	(125.697)
Materiais, energia elétrica e serviços	(40.185)	(35.824)	(68.112)	(48.830)
Despesas de vendas variáveis	(14.036)	(13.556)	(40.463)	(37.830)
Depreciação e amortização	(11.075)	(9.906)	(34.789)	(17.363)
Serviços de terceiros	(14.416)	(12.744)	(28.488)	(47.884)
Comissões sobre vendas	(11.094)	(9.587)	(19.886)	(18.939)
Contribuição para entidades de classe	(1.772)	(1.511)	(6.772)	(1.601)
Propaganda e publicidade	(8.187)	(7.698)	(10.238)	(9.810)
Impostos e taxas	(2.005)	(2.229)	(3.305)	(1.741)
Outras	(24.236)	(22.664)	(49.779)	(43.565)
	(486.547)	(422.927)	(805.959)	(709.789)

25. OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Outras receitas operacionais:				
Vendas bens de imobilizado	354	123	470	237
Receitas eventuais	2.324	2.406	5.179	4.433
Créditos extemporâneos	6.758	-	6.758	-
Dividendos e juros sobre capital próprio prescritos	178	-	178	-
Aluguéis	-	-	3.042	2.234
Fundo FI – Previdência Privada (i)	4.153	-	4.153	-
Outras	4	2	5	2
	13.771	2.531	19.785	6.906

Outras despesas operacionais:				
Provisão para riscos tributários cíveis e trabalhistas	(3.038)	(782)	(3.038)	(782)
Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	(2.530)	(1.270)	(4.254)	(7.605)
Impostos sobre outras vendas	(427)	(148)	(1.150)	(777)
Garantia de qualidade	(615)	(546)	(776)	(758)
Substituição de produto avariado	(434)	-	(434)	-
Gastos de paradas excepcionais	-	-	(4.684)	-
Gastos com indenizações trabalhistas e cíveis	(1.173)	(955)	(1.518)	(1.164)
Custo da baixa do imobilizado	(289)	(94)	(325)	(348)
Outras	(1.972)	(1.578)	(5.477)	(3.695)
	(10.478)	(5.373)	(21.656)	(15.129)
	3.293	(2.842)	(1.871)	(8.223)

(i) Crédito compensado de previdência privada parte empresa em fundo inominado constituído no desligamento de colaboradores conforme políticas da Companhia.

26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receitas financeiras:				
Rendimentos aplicação financeiras – incluindo certificados de depósitos bancários	2.241	3.982	4.719	7.375
Descontos obtidos	395	190	524	270
Juros ativos	6.855	3.498	10.355	4.496
Variações monetárias ativas	726	736	759	761
Variações cambiais ativas	6.670	834	31.075	23.616
Outras receitas financeiras	-	256	103	2.488
	16.887	9.496	47.535	39.006
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos	(288)	(401)	(722)	(1.121)
Juros sobre mútuo	(2.183)	(2.129)	-	-
Juros passivos	(2.442)	(782)	(5.656)	(2.855)
Despesas bancárias	(986)	(570)	(1.255)	(890)
Descontos concedidos	(931)	(781)	(2.234)	(1.543)
IOF	(322)	(268)	(539)	(566)
PIS e COFINS – Juros s/ capital próprio	(491)	(801)	(491)	(801)
Variações cambiais passivas	(8.818)	(1.155)	(32.348)	(23.765)
Variações monetárias	(1.956)	(1.790)	(4.674)	(4.345)
Outras	(275)	(71)	(634)	(871)
	(18.692)	(8.748)	(48.553)	(36.757)
Resultado financeiro líquido	(1.805)	748	(1.018)	2.249

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A Companhia procedeu com a segmentação de sua estrutura operacional levando em consideração as informações financeiras apresentadas internamente e utilizadas para avaliação dos negócios e tomadas de decisões pela alta Administração assim como, nos requerimentos estabelecidos pelo CPC 22 (IFRS 8).

Com base nas informações disponíveis de seus segmentos, produtos e regiões, a alta Administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para tomada de decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho.

Os segmentos operacionais definidos pela alta Administração estão demonstrados a seguir:

Controladora e Consolidado	
Descrição	Área geográfica
Fibrocimento	Sudeste, Sul, Centro-Oeste, Norte e Nordeste
Mineral crisotila	Mercados local e externo
Telhas de concreto	Mercado local
Outros	Mercado local

- Fibrocimento: inclui a fabricação e venda de telhas, caixas d'água e peças complementares.
- Mineral crisotila: inclui a exploração e venda de mineral crisotila.
- Telhas de concreto: inclui a fabricação e venda de telhas de concreto.
- Outros: incluem a fabricação e venda de componentes para soluções construtivas, caixas d'água de polietileno, mármore sintético, revenda de louças, assentos sanitários, filtros para tubulações de água, aquecedor solar, telhas metálicas, metais sanitários e acessórios para telhados de concreto.

Nos quadros a seguir há informação financeira sumariada relacionada aos segmentos da Companhia para 31 de dezembro de 2013 e 2012. Os valores apresentados com relação ao resultado e ao total de ativos são consistentes com os saldos registrados nas demonstrações financeiras, bem como com as políticas contábeis aplicadas.

Eternit S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

		31/12/2013						
		Ativo Total	Passivo	Receita Líquida	Lucro (prejuízo) antes dos impostos	Depreciação e Amortização	Resultado Financeiro	IRPJ/ CSLL
Fibrocimento e cimento de fio sintético								
	Sudeste	246.494	40.269	96.077	5.971	2.438	(247)	(188)
	Sul	59.274	47.950	127.387	8.329	4.020	(328)	(249)
	Centro-Oeste	74.053	61.234	185.361	17.395	2.284	(477)	(363)
	Norte e Nordeste	28.377	31.706	85.367	5.512	1.673	(219)	(167)
		408.198	181.159	494.192	37.207	10.415	(1.271)	(967)
Mineral crisotila								
	Mercado local	252.140	89.294	157.479	82.484	17.913	905	(19.079)
	Mercado externo (*)	-	-	146.972	24.745	-	844	(17.806)
		252.140	89.294	304.451	107.229	17.913	1.749	(36.885)
Telhas de concreto	Mercado local	96.713	25.124	73.130	993	4.594	(1.830)	(1.445)
Outros	Mercado local	76.581	31.926	85.528	(3.200)	1.867	334	(676)
		833.632	327.503	957.301	142.229	34.789	(1.018)	(39.973)

(*) A Companhia não faz gestão segregada entre mercado local e mercado externo de ativos e passivos do mineral crisotila.

Eternit S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

		31/12/2012						
		Ativo Total	Passivo	Receita Líquida	Lucro (prejuízo) antes dos impostos	Depreciação e Amortização	Resultado Financeiro	IRPJ/ CSLL
Fibrocimento e cimento de fio sintético								
	Sudeste	229.543	39.849	98.187	7.216	2.319	168	(1.116)
	Sul	51.727	45.911	111.831	8.272	3.840	191	(1.271)
	Centro-Oeste	64.816	54.212	172.346	18.210	1.959	295	(1.959)
	Norte e Nordeste	26.058	27.243	77.731	5.712	2.104	134	(883)
		372.144	167.215	460.095	39.410	10.222	788	(5.229)
Mineral crisotila								
	Mercado local	272.495	110.676	123.526	50.638	11.361	1.423	(16.398)
	Mercado externo (*)	-	-	170.869	61.670	-	1.968	(22.683)
		272.495	110.676	294.395	112.308	11.361	3.391	(39.081)
Telhas de concreto	Mercado local	98.921	26.955	75.674	3.540	5.372	(2.479)	771
Outros	Mercado local	66.560	25.740	76.153	2.544	1.818	549	(1.259)
		810.120	330.586	906.317	157.802	28.773	2.249	(44.798)

(*) A Companhia não faz gestão segregada entre mercado local e mercado externo de ativos e passivos do mineral crisotila.

28. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros por montantes considerados suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros, considerando a natureza de suas atividades, os riscos envolvidos nas suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Os seguros contratados pelo Grupo, em 31 de dezembro de 2013, contra eventuais riscos estão relacionados a seguir:

Modalidade	Bens cobertos	Valor da cobertura
Riscos de engenharia, operacionais e de responsabilidade civil geral e lucros cessantes	Edifícios, instalações, equipamentos e outros	R\$ 311.500

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

29.1. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

O Grupo efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, através de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas, entretanto, tal avaliação requer considerável julgamento e estimativas para identificar o valor de realização mais adequado. Como consequência as estimativas podem não indicar necessariamente os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente.

A seguir apresentamos uma tabela de comparação por classe dos instrumentos financeiros do Grupo, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Mensurados ao valor justo				
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	9.516	3.852	13.295	16.656
Aplicações financeiras	9.897	48.612	35.661	78.930
Contas a receber mercado externo	-	-	55.521	61.228
	19.413	52.464	104.477	156.814

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Mensurados ao custo amortizado				
Passivos Financeiros				
Fornecedores	22.444	30.417	39.293	48.968
Empréstimos e financiamentos	23.312	8.785	82.680	79.946
	45.756	39.202	121.973	128.914

b) Hierarquia do valor justo

O Grupo utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos ativos e passivos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: mensuração é feita com cálculos baseado em ativos/passivos com cotação em mercado, sem ajuste.

Nível 2: mensuração é feita com técnicas onde os dados que têm efeitos significativos sobre o valor justo sejam cotados em mercados, direta ou indiretamente.

Nível 3: mensuração é feita com técnicas onde os dados que tenham efeitos significativos sobre o valor justo não possuem cotação em mercados, direta ou indiretamente.

A Companhia adotou a premissa com base na hierarquia que caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber não possuem diferenças entre valor contábil e o valor justo ("valor de mercado").

A tabela abaixo apresenta os instrumentos financeiros registrados a valor justo, conforme método de mensuração:

	31/12/2013	Controladora		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Mensurados ao valor justo				
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	9.516	9.516	-	-
Aplicações financeiras	9.897	9.897	-	-
	19.413	19.413	-	-

Mensurados ao valor justo	31/12/2013	Consolidado		
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	13.295	13.295	-	-
Aplicações financeiras	35.661	35.661	-	-
Contas a receber mercado externo	55.521	55.521	-	-
	104.477	104.477	-	-

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

29.2. Gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros do Grupo, que não sejam derivativos, referem-se a fornecedores, empréstimos e financiamentos. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações. O Grupo possui como ativos financeiros as contas a receber de clientes, depósitos a vista e aplicações financeiras que resultam diretamente de suas operações. Assim, o Grupo está exposto a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuro de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. O risco de mercado engloba dois tipos de risco no caso do Grupo: a) Risco de câmbio e b) Risco de taxa de juros.

a) Riscos de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se, principalmente, às suas atividades operacionais do Grupo (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional do Grupo).

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o Grupo possuía as seguintes exposições a uma moeda diferente da sua moeda funcional:

	Controladora		Cotação em 31/12/2013
	31/12/2013	31/12/2012	(US\$ / € 1,00 = R\$1,00)
Clientes no mercado externo	55.521	61.228	2,34
Fornecedores no mercado externo	(7.570)	(8.492)	2,34
ACE	(39.955)	(26.319)	2,34
ACC	-	(20.429)	2,34
Financiamentos (USD)	(24.020)	(8.125)	2,34
Financiamentos (EUR)	(1.067)	(313)	3,23
Outros	-	(140)	2,34
Total da exposição cambial	(17.091)	(2.590)	

a1) Análise de sensibilidade

De forma a medir o impacto econômico de variações cambiais dos instrumentos financeiros do Grupo, foram efetuados quatro cenários de choque em relação à taxa de câmbio vigente em 31 de dezembro de 2013. Conforme previsão da instrução CVM nº 475/08, o Grupo conduziu a análise de sensibilidade utilizando o cenário provável de depreciação da taxa em 50% (Cenário I) e 25% (Cenário II), e de apreciação da taxa em 25% (Cenário III) e 50% (Cenário IV), conforme abaixo.

Saldos (Moeda estrangeira) - Consolidado	Risco	Taxa (*)	Posição em 31/12/2013	Depreciação da taxa		Apreciação da taxa	
				Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
USD				1,17	1,76	2,93	3,51
Clientes mercado externo	USD	2,34	55.521	27.761	41.641	69.402	83.282
Fornecedores mercado externo	USD	2,34	(7.570)	(3.785)	(5.694)	(9.479)	(11.355)
ACE	USD	2,34	(39.955)	(19.978)	(29.967)	(49.944)	(59.933)
Financiamentos	USD	2,34	(24.020)	(12.010)	(18.015)	(30.025)	(36.030)
EUR				1,61	2,42	4,03	4,84
Financiamentos	EUR	3,23	(1.067)	(534)	(800)	(1.334)	(1.601)
(Perda) ganho potencial			(17.091)	(8.544)	(12.833)	(21.376)	(25.632)

(*) As taxas do dólar e do euro foram retiradas do site do BACEN.

b) Riscos de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A Administração do Grupo tem como política manter os indexadores de suas exposições a taxas de juros ativas e passivas atrelados a taxas pós-fixadas. As aplicações financeiras são corrigidas pelo CDI.

As exposições ativas (passivas) à taxa de juros estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Aplicações financeiras (Equivalentes de caixa)	-	2.051	2.196	13.071
Aplicações financeiras de curto prazo	9.897	48.612	35.661	78.930
Total da exposição à taxa de juros	9.897	50.663	37.857	92.001

A Administração do Grupo entende como baixo o risco de grandes variações no CDI nos próximos 12 meses, levando em conta a estabilidade promovida pela atual política monetária conduzida pelo Governo Federal, bem como diante do histórico de aumentos promovidos na taxa básica de juros da economia brasileira nos últimos anos. Dessa forma, não tem contratado derivativos para proteger esse risco.

No quadro abaixo temos o impacto econômico líquido de choques paralelo na curva de juros utilizada nos instrumentos financeiros utilizando o cenário provável de risco de redução da taxa em 50% (Cenário I) e 25% (Cenário II), e de aumento da taxa em 25% (Cenário III) e 50% (Cenário IV), além do cenário provável que é a manutenção dos juros atuais.

		Projeção Receitas Financeiras - Um Ano					
				Risco de redução		Risco de aumento	
Aplicações financeiras - Consolidado	Indexador	Posição em 31/12/2013	Cenário Provável	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			8,23%	4,12%	6,17%	10,29%	12,35%
Aplicações financeiras (Equivalentes de caixa)	CDI	2.196	2.376	2.286	2.331	2.421	2.467
Aplicações financeiras (Investimentos de curto prazo)	CDI	35.661	38.596	37.129	37.862	39.330	40.063

c) Risco de crédito

Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado pelo Grupo diariamente, e é entendimento que o risco é minimizado pelo fato das vendas serem efetuadas para um grande número de clientes e esse risco é administrado por meio de um rigoroso processo de concessão de crédito. O resultado dessa gestão, assim como a exposição máxima ao risco de crédito está refletido na rubrica "Provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre as contas a receber", conforme demonstrado na nota explicativa nº 6.

Nenhum cliente do Grupo representa mais de 5% dos respectivos saldos das contas a receber em 31 de dezembro de 2013 (1,5% em 31 de dezembro de 2012).

Depósitos à vista e aplicações financeiras

O Grupo está sujeito também a riscos de crédito relacionados aos instrumentos financeiros contratados na gestão de seus negócios. A Administração do Grupo considera baixo o risco de não liquidação das operações que mantêm em instituições financeiras sediadas no Brasil.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade do Grupo não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de realização / liquidação de seus direitos e obrigações.

O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa do Grupo é efetuado diariamente pelas áreas de gestão do Grupo, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para o Grupo.

e) Gestão do capital

O objetivo principal da administração de capital do Grupo é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Administração pode ajustar o capital do Grupo de acordo com sua estratégia, buscando a melhor estrutura de capital e adequando às condições econômicas atuais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, não houve mudança nos objetivos, nas políticas ou nos processos de estrutura de capital. O Grupo inclui na estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos menos caixa e equivalentes de caixa.

	Controladora		Consolidado	
	Alavancagem		Alavancagem	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Empréstimos e financiamentos	23.312	8.785	82.680	79.946
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(9.516)	(3.852)	(13.295)	(16.656)
Dívida líquida	13.796	4.933	69.385	63.290
Patrimônio líquido	506.113	479.520	506.129	479.534
Dívida líquida e patrimônio líquido	492.317	474.587	436.744	416.244

30. COMPROMISSOS E GARANTIAS

O Grupo não possui compromissos contratuais com fornecedores para os próximos anos, relacionados a administração, operação e manutenção de seus ativos. Os compromissos existentes seguem as práticas de mercado.

Em 31 de dezembro de 2013 o Grupo possuía as seguintes garantias:

- (i) Concessão de bens do ativo imobilizado oferecidos como garantia de processos judiciais, no montante de R\$ 1.272, conforme mencionado na nota explicativa 11;
- (ii) A Companhia é avalista em R\$ 14.521 das operações de ACE da controlada SAMA, do montante de R\$ 39.955, conforme mencionado na nota explicativa 14, (f);
- (iii) Garantia do contrato de compra e venda de energia elétrica, firmado entre a controlada SAMA e a Companhia de fornecimento Tractebel, no montante de R\$ 3.770, junto ao banco Safra, com vencimento para março de 2015;
- (iv) Garantia do pagamento de execução fiscal – DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral) no montante de R\$ 1.440, junto ao banco Bradesco, com vencimento indeterminado;
- (v) Garantia do financiamento à Agência de Fomento de Goiás no montante de R\$ 5.824, junto ao banco Bradesco, com vencimento em fevereiro de 2014;
- (vi) Garantia de R\$ 40.909 (60%) do Financiamento firmado entre a Companhia Sulamericana de Cerâmica e o BNB, Banco do Nordeste, para a instalação da fábrica de louças sanitárias, junto ao banco Bradesco com vencimento em janeiro de 2015.

31. AMBIENTE E RECURSOS MINERAIS

Ambiente

A indústria de mineração no Brasil está sujeita aos controles governamentais para impedir os riscos potenciais ao meio ambiente, resultante da extração mineral.

Conforme o Decreto nº 97.632/89 são exigidos projetos de mineração, detalhando o programa de recuperação ambiental, bem como o impacto ao meio ambiente. A controlada SAMA segue o Plano de Recuperação de Área Degradada – PRAD, homologado e com cronograma para “remonte do site”, após a exaustão dos recursos minerais.

De acordo com o PRAD, a SAMA está apta para extrair e processar o mineral crisotila. Segundo o projeto inicial, a extração e o processamento do mineral crisotila devem cessar no ano 2032, quando será colocado em prática o projeto para demolições, indenizações e recuperação da área degradada.

A controlada SAMA registra a atualização da recuperação ambiental, de acordo com o seu valor justo, conforme os critérios a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Taxa de desconto	10% a.a	7,54% a.a
Taxa de inflação de longo prazo	5% a.a	5,2% a.a

Valor presente dos desembolsos esperados	31/12/2013	31/12/2012
2032	3.655	3.082
2033	3.137	2.645
2034	1.625	1.371
2035 a 2039	1.309	1.103
	9.726	8.201

Considerando o acordo celebrado com o PRAD, a recuperação ambiental da mina ocorrerá entre 2032 e 2039.

O valor total de despesas reconhecidas com recuperação ambiental da mina no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foi de R\$ 1.525 (R\$ 1.497 em 31/12/2012), calculado com base na produção atual de mineral crisotila.

Recursos minerais (não auditado)

Os detalhes dos recursos minerais do Grupo (asbesto de crisotila), que são explorados e transformados pela controlada SAMA, são conforme segue:

Descrição	31/12/2013	31/12/2012
Recursos minerais	8.171.458 t	8.462.643 t
Produção no exercício	291.186 t	304.568 t
Vida útil estimada da mina	19 anos	30 anos

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Eternit S. A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras (controladora e consolidado) referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013. Com base nos exames efetuados e considerando o Relatório de Auditoria emitido, sem ressalvas, dos auditores independentes, EY, datado em 12 de março de 2014, opina que os referidos documentos, bem como a proposta da destinação de lucro líquido do período, incluindo a distribuição de dividendos, estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária.

São Paulo, 12 de março de 2014.

CONSELHO FISCAL

Charles René Lebarbenchon - Coordenador
Edson Carvalho de Oliveira Filho
Paulo Henrique Zukanovich Funchal

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Sergio Alexandre Melleiro

Presidente do Conselho de Administração

Benedito Carlos Dias da Silva
Lírio Albino Parisotto
Luiz Barsi Filho
Luís Terepíns
Marcelo Munhoz Auricchio

DIRETORIA

Nelson Pazikas

Presidente, Diretor de Relações com Investidores e Diretor Administrativo Financeiro

Flavio Grisi
Marcelo Ferreira Vinhola
Rogério Renner dos Santos
Rubens Rela Filho

CONTADOR

Rodrigo Lopes da Luz
CRC 1SP212660-0/3

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Eternit S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eternit S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eternit S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Eternit S.A., em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Eternit S.A., essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve a incerteza com relação ao julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF) do mérito em conjunto das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) 3357 em face da Lei estadual nº 11.643/2001 do estado do Rio Grande do Sul, que dispõe sobre a proibição de produção e comercialização de produtos à base de amianto, no âmbito daquele estado e da ADI nº 3937 em face da Lei estadual nº 12.684/2007 do estado de São Paulo, que proíbe o uso, no estado de São Paulo de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto; bem como, das demais ADIs sobre o amianto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Chamamos a atenção para a nota explicativa 21iii.e) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, que descreve as Ações Cíveis Públicas, processos números 0002106-72.2013.5.02.0009 e 0002715-55.2013.5.02.0009, ajuizadas, respectivamente em 09 de agosto de 2013 e 04 de outubro de 2013, pelo Ministério Público do Trabalho do Estado de São Paulo e pela Associação Brasileira dos Expostos ao Amianto (ABREA) contra a Companhia, nas quais são discutidas as condições do ambiente de trabalho na fábrica de Osasco, cujas atividades foram encerradas em 1993. A probabilidade de perda foi considerada pelos consultores jurídicos da Companhia como possível. Portanto, não foi reconhecida provisão para perda relacionada a essas Ações Cíveis. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 12 de março de 2014.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/0-6

Clinton L. Fernandes
Contador CRC-1SP205541/0-2

Éternit